

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS GEOGRÁFICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

LUANN RIBEIRO SANTOS SILVA

**DOS ENGENHOS DE CANA A BRF: TERRITORIALIZAÇÃO DO CAPITAL E
EXPLORAÇÃO DO TRABALHO NO ESPAÇO AGRÁRIO DE VITÓRIA DE SANTO
ANTÃO, PERNAMBUCO**

**RECIFE
2016**

LUANN RIBEIRO SANTOS SILVA

**DOS ENGENHOS DE CANA A BRF: TERRITORIALIZAÇÃO DO CAPITAL E
EXPLORAÇÃO DO TRABALHO NO ESPAÇO AGRÁRIO DE VITÓRIA DE
SANTO ANTÃO, PERNAMBUCO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação
em Geografia da Universidade Federal de Pernambuco
para obtenção do grau de Mestre em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Cláudio Ubiratan Gonçalves

**RECIFE
2016**

Catálogo na fonte
Bibliotecária Maria Janeide Pereira da Silva, CRB4-1262

S586d Silva, Luann Ribeiro Santos.
Dos engenhos de cana a BRF : territorialização do capital e exploração do
trabalho no espaço agrário de Vitória de Santo Antão, Pernambuco /
Luann Ribeiro Santos Silva. – 2015.
104 f. : il. ; 30 cm.

Orientador: Prof. Dr. Cláudio Ubiratan Gonçalves.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco,
CFCH. Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2015. Inclui
Referências.

1. Geografia. 2. Desenvolvimento econômico. 3. Trabalhadores rurais. 4.
Trabalhadores da indústria de alimentos. I. Gonçalves, Cláudio Ubiratan
(Orientador). II. Título.

918 CDD (22. ed.)

UFPE (BCFCH2017-069)



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO - UFPE
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS - CFCH
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS GEOGRÁFICAS - DCG
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA - PPGeo



LUANN RIBEIRO SANTOS SILVA

**DOS ENGENHOS DE CANA A BRF: TERRITORIALIZAÇÃO DO CAPITAL E
EXPLORAÇÃO DO TRABALHO NO ESPAÇO AGRÁRIO DE VITÓRIA DE
SANTO ANTÃO, PERNAMBUCO**

Dissertação aprovada, em 25/08/2015, pela comissão examinadora:

Prof. Dr. Cláudio Ubiratan Gonçalves
(1º examinador – orientador – PPGeo/DCG/UFPE)

Prof. Dr. Celso Donizete Locatelli
(2º examinador – Geografia/UFRN)

Prof. Dr. Nilo Américo Rodrigues Lima de Almeida
(3º examinador – PPGeo/DCG/UFPE)

RECIFE – PE
2015

Agradecimentos

Primeiramente, é uma grande satisfação conseguir terminar um curso de pós-graduação em um sistema educacional tão excludente, onde a questão de classe e falta de acesso à educação se faz tão presente. Essa realidade só aumenta nosso compromisso e responsabilidade com a luta social, o processo de formação é contínuo e árduo, muitas vezes fui posto à prova diante das minhas escolhas. Coube a mim, diante de tantos conflitos internos e externos, inerente do ser humano que em nenhum momento foi separado do “ser pesquisador”, trançar os caminhos que nem sempre foram os mais fáceis e mais curtos.

A vida se transforma o tempo todo em diversas escalas, foi necessário ter equilíbrio para que esse ciclo fosse encerrado com êxito. Idas e vindas, viagens, solidão, descrédito, perdas, tristeza, tudo isso fez parte do processo, mas busquei na força da amizade e do amor um Norte, muito além de direção ou localização. A Geografia permitiu encontros para a vida toda, são à esses encontros e à essas pessoas que vão meus profundos agradecimentos.

À mãe terra que me propiciou a saúde e a abstração do concreto, que me alimenta e alimenta os comp@s com amor e vida.

À minha família pela estrutura e paciência, minha mãe Cecília, minha irmã Luanna e meu pai Antonio.

À família que escolhi meus amigos e irmãos, Izabela, Vinicius, Armando, sempre trazendo força e alegria para meus dias.

Ao companheiro Cláudio Ubiratan (Bira), pela força e dedicação ao projeto desde o começo de nossa caminhada, pela atenção e pelo apoio.

Aos irmãos do Laboratório de Estudos e Pesquisas do Espaço Agrário e Campesinato, pela força e compromisso com o pensamento crítico e com a transformação do mundo a partir parceria com os movimentos sociais. Saulo, Antonielle, Anamaria, Fabiano, Mercedes, Suana, Xando, Vitor, Josafá, João Ricardo, Anderson Cariri, encontramos-nos em nós como um espelho,

cumplicidade, e luta nunca nos faltarão amor e felicidade no front.

Aos amigos Rildo de Deus, Anaíra Mahin, a pequena Esmeralda, Priscila Bittencourt e o pequeno Isaque, pelo amor, pela poesia, pela música e por me permitir acompanhar a reprodução de nossa utopia.

À linda Aninha Martins que me acompanhou durante boa parte dessa caminhada, habitando meus ouvidos e meu coração, me fazendo sentir e ser sentimento em liberdade.

RESUMO

RIBEIRO-SILVA.L.S. Dos Engenhos de Cana a BRF: Territorialização do Capital e Exploração do Trabalho no Espaço Agrário de Vitória De Santo Antão, Pernambuco. 2015. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015.

O presente trabalho parte de uma abordagem histórica geográfica para a compreensão dos processos produtivos do capital e seu papel exploratório da natureza e do homem, tanto na dinâmica da territorialização, passando pela consolidação desse território até o uso do território. Trazemos como problemática principal da instalação de empresa multinacional de grande porte a BRF e seu impacto sobre a exploração da força de trabalho, bem como procuramos demonstrar como diversos agentes ligados a política de desenvolvimento entre eles o Estado e o Capital.

A primeira parte contempla as abordagens teóricas que apoiaram a hipóteses deste trabalho passando pelos temas como: Capital, Trabalho, Desenvolvimento e Estado. Tentamos evidenciar uma linguagem geográfica que de conta entender a expansão territorial do capital no município de Vitória de Santo Antão através da instalação dessas empresas evidenciando a ordem imperialista, quando então trataremos dos Impérios Alimentares e sua ordem destrutiva.

No segundo capítulo trataremos da construção histórica da produção espacial e sua territorialização diante do período de colonização e pelos acontecimentos históricos que marcaram a ocupação do Vale do Rio Tapacurá, passando pelo período de domínio do latifúndio açucareiro das brechas da produção camponesa que constituíram o sistema binomial da colônia.

Na última parte confrontaremos através de um aparato metodológico, ligando a obtenção das informações dos órgãos governamentais, das mídias e da própria academia em contraponto aos relatos dos trabalhadores explorados pelas longas horas de trabalho, pelos desmandos e abusos morais que estão submissos bem como a trajetória de vida desses sujeitos perante a essa realidade.

Palavras-chave: Desenvolvimento; Exploração do Trabalho e Estado.

RESUMEN

RIBEIRO-SILVA, L.R. **De los Ingenios de Caña a BRF: La territorialización de Capital y Exploración Trabajo en el Espacio Agrario de Vitória de Santo Antão, Pernambuco**. 2015. Tesis (MA) - Programa de Posgrado en Geografía de la Universidad Federal de Pernambuco, Recife, 2015.

Este trabajo es parte de un enfoque histórico-geográfico de la comprensión de los procesos del capital y su función de exploración de la naturaleza y el hombre, tanto en la dinámica de territorialización a través de la consolidación de este territorio al uso del territorio. Traemos principal problema de la instalación multinacional BRF y su impacto en la explotación de la fuerza de trabajo, así como para demostrar cómo varios agentes vinculados a la política de desarrollo, incluido el Estado y el Capital.

La primera parte abarca los enfoques teóricos que apoyaban la hipótesis de este estudio a través de los temas tales como: capital, trabajo, Desarrollo y Estado. Tratamos de mostrar una lenguaje geográfica que dan cuenta de entender la expansión territorial del capital en la ciudad de Vitoria de Santo Antao mediante la instalación de estas empresas que muestran el orden imperialista, cuando estamos tratando de los imperios alimentarios y su sistema destructivo.

En el segundo capítulo se ocupará de la evolución histórica de la producción espacial y su territorio antes de la época de la colonización y de los acontecimientos históricos que marcaron la ocupación de Vale do Rio Tapacurá, a través del periodo de dominio latifundios de azúcar y de la presencia de la producción campesina que constituía el sistema binominal de la colonia.

En la última parte tenemos un choque a través de un aparato metodológico, la conexión de la obtención de información de las agencias gubernamentales, los medios de comunicación y la propia academia en contraste con los informes de los trabajadores explotados por largas horas de trabajo, los excesos y abusos morales que son sumisos y la trayectoria de la vida de estos sujetos.

Palabras-clave: Desarrollo; Exploración del Trabajo y Estado

Lista de Siglas

Ad Diper - Agência de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco

ADMVISA - Agência Municipal de Desenvolvimento Econômico do Município da Vitória de Santo Antão

BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento

BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

BRIC – Bloco Econômico formado por Brasil, Rússia, Índia e China

CBVP – Companhia Brasileira de Vidros Planos

CD – Centro de Distribuição

CIV - Companhia Industrial de Vidros

CNPJ - Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica

EPI - Equipamento de Proteção Individual

FAO - *Food and Agriculture Organization* (Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura)

FMI – Fundo Monetário Internacional

FUNCRESCE - Fundo CRESCE PERNAMBUCO

ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços

IIRSA - Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana

NEACA – Núcleo de estudos sobre Espaço Agrário, Campesinato e Agroecologia

OMC - Organização Mundial do Comércio

PAC – Programa de Aceleração do Crescimento

P&D – Pesquisa e Desenvolvimento

PRODEPE – Programa de Desenvolvimento do Estado de Pernambuco

PRODEVISA - Programa de Incentivos para o Desenvolvimento Econômico e Social da Vitória de Santo Antão

ULTAB - União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil

Lista de Mapas

Mapa 1 Localização de Vitória de Santo Antão e a Microrregião	17
Mapa 2 – Uso e Ocupação do Solo dos Municípios de Vitória e Pombos	62
Mapa 3 – Localização da Brasil Foods (BRF) e do Polo Industrial de Vitória de Santo Antão, Pernambuco	69

Lista de gráficos e figuras

Figura I – Mapa dos centros de distribuição e das unidades industriais da BRF no Brasil	89
--	----

Gráfico 1 – Percentual de projetos incentivados aprovados pelo PRODEPE, e sua distribuição territorial de acordo com as Meso-regiões do estado de Pernambuco	41
--	----

Lista de Imagens

Imagem 1 – Desenho do viajante suíço Luís Shlappriz, datado aproximadamente do período entre 1863 e 1864. Fonte: Aragão, 1983.

Imagem 2 – Produção orgânica na localidade de Mocotó, Vitória de Santo Antão, Luann Ribeiro, 2011.

Imagem 3 – Unidade do Hiper Todo Dia/Walmart, Vitória de Santo Antão, Luann Ribeiro, 2015.

Imagem 4 – Placa de identificação do Residencial Águas Claras, Vitória de Santo Antão. Luann Ribeiro, 2015.

Imagem 5 – Obra em andamento do Residencial Águas Claras (Minha Casa, Minha Vida), Vitória de Santo Antão, Luann Ribeiro, 2015.

Imagem 6 – Instalação da Empresa MC Bauchemie, Engenho Bento Velho, Luann Ribeiro 2014.

Imagem 7 – Antigo Engenho Bento Velho, Luann Ribeiro, 2014.

Imagem 8 – Placa do Distrito Industrial José Augusto Ferrer de Moraes, Luann Ribeiro, 2010.

Imagem 9 – Placa de Empresa com incentivo do PRODEPE, Luann Ribeiro, 2014.

Imagem 10 – Foto da Fábrica da BRF em Vitória de Santo Antão, Luann Ribeiro, 2010.

Apresentação

Mesmo antes de entrarmos de fato na vida acadêmica, a questão agrária brasileira sempre foi um tema que nos chamou atenção, a partir do olhar geográfico presente em todo ser humano. O exercício de olhar as paisagens, principalmente aquelas ligadas ao monocultivo da cana-de-açúcar são muito fortes em nossa memória.

É a memória das paisagens vistas por mim: menino, classe média, vitorense, que se fundem às vivências e às informações do mundo e dos movimentos de luta pela terra nos anos 90, no Brasil e na Zona da Mata pernambucana, seja na perspectiva de idas e vindas constantes a Recife, em que observamos vários acampamentos camponeses as margens da BR-232, seja nos deslocamentos não tão constantes para o litoral Sul, repouso das férias familiares. A janela do carro trazia o que os meios de comunicação omitiam e criminalizavam: era realidade que transcendia a dinâmica habitual da vida. Para quem vivia confortavelmente numa casa, era chocante as cenas de pessoas morando embaixo de uma lona sem a proteção que para mim era normal.

A escola era uma bolha. Lá aprendemos a dialogar com o mundo, transcendemos fronteiras, temos contato com teoria ou algo que aguça nossas questões e inquietudes, porém seguimos a linearidade da vida e da subordinação do saber. Lembro que nessa época sabia mais dos nomes das capitais do mundo do que dos bairros da minha cidade, tamanha era a desconexão do real que a posição social e o tipo de educação nos proporcionaram.

No entanto, ao iniciarmos nosso contato com a Geografia acadêmica, um leque de questões foi aberto e por muito tempo alimentaram nossos interesses. Eram questões ambientais e sociais que movimentavam as ações do homem no espaço geográfico que enchia nossos olhos naquele momento. Buscamos isso até em outras áreas, como as Ciências Ambientais, por exemplo, onde cursamos algumas disciplinas.

Porém, foi através do estudo da Geografia Agrária – disciplina ofertada

no curso de Geografia/Bacharelado da UFPE - que se tornou possível a união desses interesses com a nossa caminhada acadêmica.

Esse momento se refletiu no nosso estudo de conclusão da graduação no bacharelado em Geografia da UFPE, onde estudamos práticas agroecológicas de alguns assentados no município de Ribeirão, em Pernambuco; enfatizando a construção territorial das lógicas diversas e os sistemas agroflorestais de um lado e do outro latifúndio da cana-de-açúcar.

Essa relação com a Geografia Agrária e, principalmente, as atividades de campo, abriram as portas para um entendimento orgânico da realidade do agrário nordestino. Diversos foram os assentamentos, as comunidades e associações visitadas no período de um ano, correspondente às disciplinas Geografia Agrária e Geografia Agrária da Zona Tropical.

No entanto, havia dentro de nós uma velha inquietude que diz respeito ao lugar de vivência: Vitória de Santo Antão, principalmente no que se refere ao processo de atração de empresas de porte internacional para o município, que mobilizava tanto a classe política local quanto a população da cidade em geral, com as promessas de mudança de vida através do desenvolvimento dessa atividade.

Assim, direcionamos nossos anseios, partindo de uma análise geopolítica do território. Porém, nesse período de transição primária, isto é, de instalação das grandes empresas, não nos foi permitido à realização de um estudo aprofundado.

Nessa época, meados de 2010/2011, observamos as transformações no espaço vitoriense, voltando nossa atenção ao debate da apropriação territorial do município. Esse conteúdo foi alimentado de teorias e métodos, através do acompanhamento de pesquisas, leituras e trabalhos de campo do Núcleo de Estudos sobre o Espaço Agrário, Campesinato e Agroecologia – NEACA, do qual fazíamos parte, e que no ano de 2015 passou a se entender e a se construir quanto Laboratório de Estudos e Pesquisas do Espaço Agrário e Campesinato – LEPEC, se desatrelando do LECgeo/UFPE.

Voltando à nossa participação no extinto NEACA, foi a partir do trabalho de fortalecimento do grupo e das trocas proporcionadas por esse espaço que se aguçou o nosso interesse numa busca teórica e metodológica que abrangesse analiticamente o entendimento escalar, isto é, os movimentos entre a realidade e a teoria, assim como o objeto de estudo que estava ligado à dinâmica do mundo-moderno-colonial.

Dessa forma, buscamos na história do agrário, ligações com temas que nos levassem a compreensão da onde estávamos falando. Para que assim pudéssemos aprofundar os estudos sobre as ligas camponesas, as injustiças no espaço agrário de Pernambuco e do Brasil e as transformações recentes que o capitalismo impôs a Zona da Mata pernambucana.

A habilidade de entendimento da conjuntura política nas esferas regional, estadual e local, permitiu a concretização tanto de um arcabouço teórico – metodológico, como um propósito ideológico com intuito de satisfazer as questões ligadas as nossas antigas memórias e ao presente, o que contribuiu para a realização de uma pesquisa num tema inédito sobre a ótica da produção espacial das empresas multinacionais que se instalaram no município de Vitória e as transformações territoriais que a “velha” ordem de exploração encoberta pelo discurso do desenvolvimento.

É o que tentamos expor nesse trabalho, através de um resgate histórico das formas de apropriação do território e da continuidade da exploração do homem e da terra. Desse modo, nosso estudo parte de uma abordagem histórica geográfica para a compreensão dos processos produtivos do capital e seu papel exploratório da natureza e do homem, tanto na dinâmica da territorialização quanto pela consolidação e formatação desse território e o uso do mesmo.

Trazemos como problemática principal a instalação da empresa multinacional de grande porte, a BRF (ex-Sadia), e seu impacto sobre a exploração da força de trabalho; bem como procuramos demonstrar como os agentes, Estado e Capital, estão ligados à política de desenvolvimento.

Assim, essa dissertação busca deferir-se de uma abordagem econômica

e cartesiana presente na Geografia quantitativa, uma vez que temos como objetivo romper com a imparcialidade científica através de uma escolha ideológica, por uma Geografia crítica que torne visível e que seja a voz dos amordaçados pelo sistema capitalista.

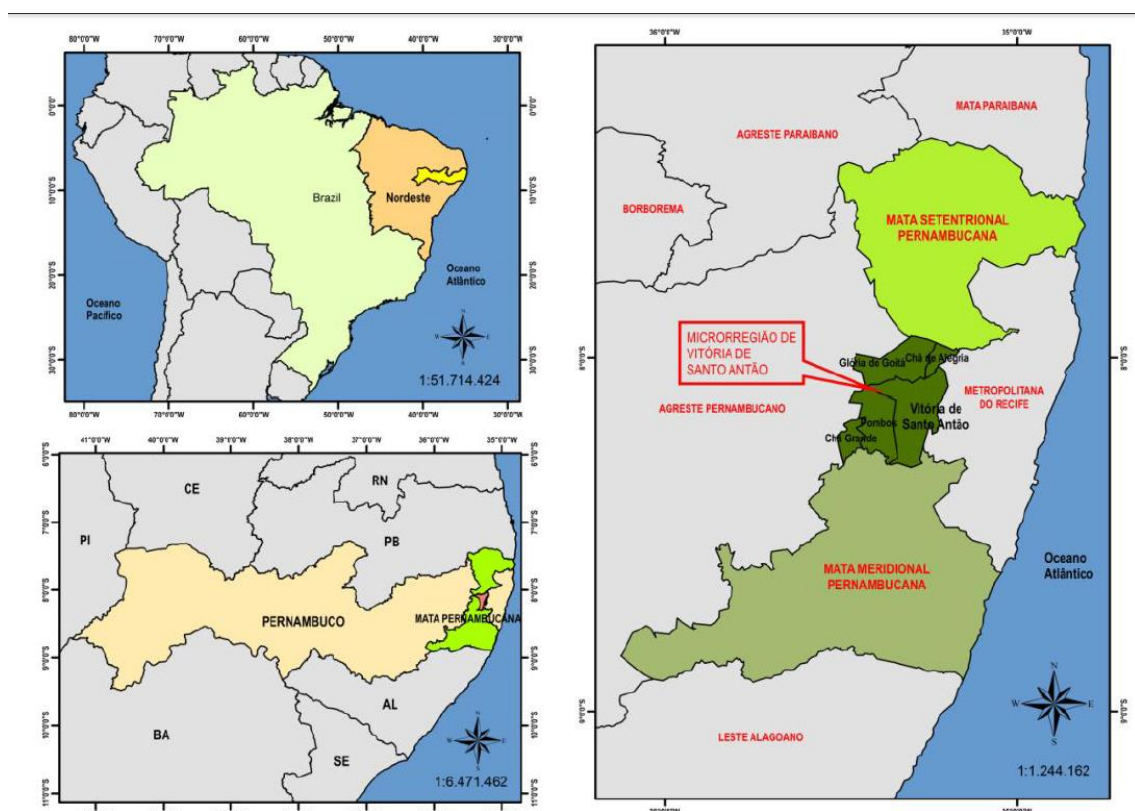
SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	17
2	CAPÍTULO I: A Territorialização do Capital sobre a Lógica Imperialista e a política do “Desenvolvimento”.....	22
2.1	Abordagens sobre Território, Poder e Capital.....	22
2.2	O sistema Agroalimentar e o Império.....	29
2.3	Reflexões Teóricas sobre o “Desenvolvimento”	35
2.4	O Programa de Desenvolvimento do Estado de Pernambuco – PRODEPE.....	39
3	CAPÍTULO II: Aspectos geo-históricos da Formação do Território Vitoriense.....	43
3.1	A evolução da apropriação do território do Vale do Rio Tapacurá.....	43
3.2	A construção binomial entre fazenda-lavoura e seu reflexo sobre a apropriação da Região Central da província Pernambucana.....	49
3.3	O avanço dos engenhos sobre as áreas de policultura do Vale do Tapacurá.....	52
3.4	O contra espaço das Ligas Camponesas.....	56
3.5	A geografia da apropriação territorial capitalista e seu movimento contraditório no Espaço.....	60
4	CAPÍTULO III: Transformações no território de Vitória de Santo Antão a partir da Instalação da BRF – Brasil Foods e do Polo industrial do Município.....	68
4.1	O Império multinacional e sua expressão na dinâmica espacial do Município.....	68
4.2	A BRF – Brasil Foods e seu Sistema de Exploração.....	88
5	REFLEXÕES CONCLUSIVAS.....	101
	REFERÊNCIAS.....	104

INTRODUÇÃO

O município de Vitória de Santo Antão está localizado na mesorregião Mata e na microrregião Estado de Pernambuco, limitando-se a norte com Glória do Goitá e Chã de Alegria, a sul com Primavera e Escada, a leste com Moreno, Cabo e São Lourenço da Mata e a oeste com Pombos. Os primeiros registros sobre a formação territorial do município são datados do século XVI, onde a prioridade das ações da colônia portuguesa era povoar e dinamizar economicamente o vale do Rio Tapacurá. Os aspectos físicos favoreceram as atividades agrícolas na antiga comarca de Santo Antão da Mata que compreendia parte do que é hoje o agreste pernambucano e uma boa fatia de terra da atual Zona da Mata de Pernambuco.

MAPA 1- LOCALIZAÇÃO DE VITÓRIA DE SANTO ANTÃO E A MICRORREGIÃO



Elaborado por Girlan Cândido, 2012.

Assim, o processo de colonização baseou-se na derrubada da Mata

Atlântica para a implantação de engenhos para a produção de cana-de-açúcar. Essas áreas eram doadas, através de concessões feitas pela coroa portuguesa para a Igreja Católica e a mesma distribuía suas terras para nobres portugueses recém-chegados ao Brasil. Além da produção de cana-de-açúcar para exportação outras atividades eram exercidas na comarca (Aragão, 1983).

Desta forma, apesar da forte influência da produção, comercialização e hegemonia canavieira, também havia áreas distintas: como a criação de animais em média escala e produção de alimentos, caracterizando a policultura. Esse arranjo espacial propiciou o surgimento de ambientes de trocas (feiras, ponto de descansos dos viajantes, ponto de venda de animais), que no decorrer do tempo produziram outros povoamentos, fragmentando o vasto território da comarca de Santo Antônio da Mata.

Com essas fragmentações e aumento dos interesses de domínio pela elite canavieira que buscava manter o poder territorial e político. O município de Vitória de Santo Antão foi sendo construído com a área próxima do que é sua área atual e foi essa estrutura de poder que também fundamentou as relações de trabalho no decorrer da história.

Após passar por diversas transformações, como a mudança de engenhos para usinas e a introdução do trabalho assalariado e crises seguidas no setor, à produção de cana-de-açúcar encontrou, na otimização de energia e na reformulação estrutural e funcional aos moldes do capitalismo contemporâneo, uma das bases para a sustentação da atividade como protagonista na economia do município; sendo a outra base principal como em todos os períodos, a exploração do trabalho.

Atualmente, outra dinâmica espacial vem transformando o território vitoriense, na qual o Estado, nas diversas escalas, exerce o papel de sintagmático, justamente com grupos empresariais diversos (regionais, nacionais e multinacionais), através da instalação de um aglomerado empresarial fortemente tecnificado e capitalizado.

O território em questão compreende uma trama complexa entre a relação ao uso do solo diante de uma diversidade física que se altera de acordo com modo-de-vida dos grupos de indivíduos (sejam eles, colonizadores, camponeses, índios...) que produzem esse espaço. Para entender esse processo é preciso atentar-se para as formas de apropriação antagônicas entre

povos originários e a Colônia, essas marcas estão presentes tanto na forma como na função de boa parte do que hoje é o município de Vitória de Santo Antão. Porém, o processo de expansão das forças produtivas do capital via políticas de desenvolvimento de Estado, aceleraram a constituição da lógica perversa de manutenção da concentração fundiária por uma elite local sucro-alcooleira colonial e do uso da aparelhagem pública de acordo com os interesses dessa elite que agora age em consonância ao empresariado nacional e internacional.

Essas dinâmicas espaciais interferem na produção do espaço vitoriense, que vem transformando sua característica agrícola para uma caracterização ligada aos fluxos indústrias e empresariais. Desse modo, alteram-se parcialmente as relações de trabalho e integralmente a forma e a função, não só das áreas destinadas aos empreendimentos (como por exemplo, o Engenho Bento Velho que teve a maioria de suas terras doadas para instalação de distrito industrial pela ação da Prefeitura e da Câmara de vereadores do município de Vitória de Santo Antão), mas também de todo o município.

Baseado no discurso do desenvolvimento e na propagação da ideologia do capital tanto material como subjetiva, há uma grande questão que é a transformação da produção capitalista do trabalho no espaço agrário vitoriense. Essa produção sempre esteve ligada a exploração do homem e da Natureza, seja na colonização, baseada na construção de engenhos, na produção da cana-de-açúcar sobre a Mata Atlântica e utilização de trabalho escravo, seja na implantação das grandes usinas da produção canavieira e mão-de-obra assalariada.

Acreditamos que a problemática consiste no período de transição entre esses processos históricos e até onde esses momentos se sobrepõem no espaço. Entendendo a produção espacial como processo imbricado nas atividades estruturantes da expansão do capitalismo atual e como produtor de contradições baseadas na obtenção de mais valia e na exploração do trabalho. Consideramos que essa lógica de exploração se reproduz nas relações de trabalho dessas multinacionais instaladas no município.

No primeiro capítulo, realizamos um levantamento teórico sobre temas que envolvem os questionamentos da nossa pesquisa, tais como: Produção espacial, Território, Desenvolvimento e Impérios alimentares, a partir de um

posicionamento crítico diante das práticas do Estado e do capital.

O segundo capítulo tem a finalidade de trazer ao leitor um conhecimento histórico sobre o município de Vitória de Santo Antão, tais como os processos de apropriação territorial, passando pela colonização; a dinâmica da produção sucroalcooleira; o contra espaço das ligas camponesas; as transformações no espaço agrário vitorienense; e, por fim, a instalação das empresas nesse território.

A última parte da dissertação é destinada aos procedimentos metodológicos e empíricos. Está abarcada também a reflexão sobre as multinacionais brasileiras e a instalação de outras empresas no distrito industrial do município. O material empírico e metodológico foi elaborado a partir de visitas de campo, levantamento bibliográfico e documental sobre o processo de atração das indústrias e de incentivos fiscais, bem como o movimento de exploração da força de trabalho dentro da empresa BRF – Brasil Foods. Estes fatores citados a cima, foram pautados a partir de entrevistas realizadas com representantes do governo estadual e municipal e trabalhadores da BRF.

O aporte metodológico, presente nessa última parte, foi para uma Geografia que atente para o caráter qualitativo e para aproximação tanto do pesquisador como do objeto; quanto da teoria para a realidade. É através dessa metodologia qualitativa que nos aproximaremos de uma leitura menos econômica, numérica e descritiva.

Nosso desejo é transcender com a perspectiva descritiva, baseada no positivismo da Geografia Tradicional, assim como romper, ao caráter quantitativo e matemático, da “Nova Geografia”. É a partir desse posicionamento que buscamos caminhos que acompanhem a teoria e ideologia política que o caráter quantitativo não abarca, pois procuramos distanciar de uma Geografia de Estado que vem atendendo no Brasil os interesses políticos da classe dominante, presente no discurso e nas ações do Estado passando pelo o Golpe Militar 1964 até os dias atuais.

Aproximamo-nos da Geografia Crítica, pois buscamos no trabalho de campo, no diário de campo, na pesquisa-participante, na pesquisação e nas entrevistas traçar outras trilhas para investigação geográfica que permita outro olhar sobre essa realidade em crise.

Como pesquisador, assumimos a posição filosófica e política em nosso caminho metodológico com o propósito de oferecer, ao leitor e a comunidade acadêmica, um trabalho que dialogue com nossa interpretação das palavras e dos sujeitos que entrelaçam a trama da problemática da pesquisa.

Capítulo I

2. A Territorialização do Capital sobre a Lógica Imperialista e a política do “Desenvolvimento”

2.1 Abordagens sobre Território, Poder e Capital

Dentro do sistema capitalista, observamos a habilidade com que o Estado vem desenvolvendo mecanismos de produção espacial em parceria com grandes corporações através das ações que expressam poder, principalmente político, produzindo espaço e garantindo seu caráter de acúmulo de capital e manutenção das relações de desigualdade e exploração.

O Estado é órgão da dominação, que por meio das suas estruturas institucionais, isto é, leis do contrato e da segurança (repressão), asseguram a propriedade privada somada e a constitucionalidade burguesa; e tem proporcionado por meio da acumulação do capital a reprodução histórica e geográfica do capitalismo (Harvey, 2003).

Na obra *Por uma Geografia do Poder*, de Claude Raffestin (1993), podemos interagir com a dimensão geopolítica do nosso estudo, sobre as relações dessimétricas de poder e de dominação intrínseco no território em análise, a qual monopoliza as relações políticas na esfera das organizações hegemônicas do município. Assim, entendemos que essa associação público-privada (Estado-Capital) influi como ator sintagmático na produção espacial e nas dinâmicas do território:

O Estado é um ator sintagmático por excelência quando empreende uma reforma agrária, organiza o território, constrói uma rede rodoviária etc. A empresa é um ator sintagmático quando realiza um programa de produção. Isso significa que o ator sintagmático articula momentos diferentes da realização do seu programa pela integração de capacidades múltiplas e variadas. (RAFFESTIN, p. 40, 1993)

Comungando assim, sobre a óptica do referido autor, que o

território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático, que realiza um programa em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente, por exemplo, a representação, o ator “territorializa” o espaço. (RAFFESTIN, p.143, 1993).

Essa perspectiva de relação entre espaço-ação do ator-território pode recorrer às afirmativas do tipo: “O espaço é a “prisão original”, o território é a prisão que os homens constroem para si”, e que o território é uma produção, pois a partir do espaço, podemos também caminhar para a discussão sobre as práticas espaciais na gestão e controle do território em relação à problemática levantada por nosso estudo.

Discussão essa levantada por Corrêa (1995, p. 35), que entende as práticas espaciais como

ações que contribuem para garantir os diversos projetos. São meios efetivos através dos quais objetiva-se a gestão do território, isto é, a administração e o controle da organização espacial em sua existência e reprodução.

Ainda segundo o autor, dentre as diversas práticas espaciais citadas por ele, destacamos a prática da marginalização espacial no âmbito corporativo, que consiste na

seleção de lugares que no passado foram avaliados como sendo pouco atrativos para a implantação de unidades da corporação. Leva também ao abandono de lugares que anteriormente foram considerados atrativos e que efetivamente participaram de uma rede da corporação. (CORRÊA, p. 41, 1995)

À vista disso, podemos refletir sobre o que levou tais empreendimentos a se instalarem no município em questão e que fatores contribuíram para essa instalação, tanto quanto que discurso mediou essa dinâmica espacial. A localização geográfica ou espacial proporciona uma vantagem monopolista, ao mesmo tempo em que essas redes são elaboradas para além da ossatura do Estado e estão ligadas diretamente como dinâmica de acumulação de capital:

Os processos moleculares de acumulação do capital podem criar, e efetivamente criam, suas próprias redes e estruturas de operação no espaço de inúmeras maneiras, incluindo o parentesco, as diásporas, os vínculos religiosos e étnicos e os

códigos linguísticos como formas de intrincadas redes espaciais de atividades capitalistas independentes das estruturas do poder do Estado. (HARVEY, p. 80, 2003)

Entre essas maneiras, está o discurso regional. Esse discurso é recortado por Corrêa (1995), a partir de uma leitura de Castro (1988), que considera que “o discurso regional pode ser também o veículo encontrado por uma elite local para sua preservação, forjando um conflito que reitera sua posição de liderança e seu controle sobre o espaço”. É por essa produção material e simbólica do espaço que o capitalismo sobrevive, uma vez que o domínio do Estado garante que esse sistema perdure através do desenvolvimento desigual, penetrando nesse espaço territorializado.

A partir da argumentação de Oliveira (2004), a qual parte de uma lógica que os territórios estão em constantes transformações, tanto pela dinamicidade das relações sociais no espaço-tempo, quanto pela intencionalidade dos sujeitos que modificam esse território, já que para o autor o “processo de construção do território é, pois, simultaneamente, construção/destruição/manutenção/transformação”.

Esses processos dentro da lógica capitalista permeiam o debate da construção do território na dinâmica espacial que vem se modificando através desses mesmos princípios. Para nós, essa nova realidade na escala do município de Vitória de Santo Antão está fundada nas associações dos atores sintagmáticos. Estado e empresas multinacionais se fundamentam no discurso desenvolvimentista homogeneizador do território.

Antes de debruçarmos diante da categoria trabalho, é preciso especificar qual conceito de Espaço será utilizado em nossa análise e qual a relação com os temas levantados nesse texto.

Ao tratarmos do conceito Espaço, procuramos compreender sua dinâmica de produção. Entendemos que ela é construída pelas relações sociais ao longo do tempo, evidenciando seu caráter histórico de forma que compreendemos o espaço produzido socialmente. As diversas ações do homem sobre a terra sugerem a realização do trabalho para a construção desse espaço, ganhando dessa forma uma especificidade funcional. Conforme Lefebvre (2008): “o espaço resulta do trabalho e da divisão do trabalho; a esse título, ele é o lugar geral dos objetos produzidos, o conjunto das coisas que o

ocupam e de seus subconjuntos, efetuado, objetivado, portanto “funcional”.”.

Porém, ao aprofundarmos nosso olhar, vislumbramos dois movimentos contidos na produção espacial com particularidades distintas, uma hipótese que o homem através da transformação da natureza visa à realização de um trabalho criando uma materialidade a partir da manutenção da vida ou modos-de-vida, pois é a partir de uma realidade social que o espaço é produzido e também é a base para a reprodução da própria sociedade. A partir da ação humana, o homem se torna tanto produtor como produto da natureza e a transforma ao transformar-se.

Os seres humanos não produzem somente a natureza imediata de sua existência, mas produzem toda a textura social de sua existência. Desenvolvem uma diferenciação complexa na relação com a natureza, uma natureza social diferenciada, obedecendo o gênero e classe de atividade manual e mental, atividades de produção e distribuição e assim por diante. (SMITH, p. 82, 1988)

No capitalismo, a produção do espaço é condição básica para reprodução do capital na sociedade em franca expansão. Nessa perspectiva, ligando as atividades humanas ao modo de valorização do capital, o espaço assume um papel de mercadoria, privado. Essas duas lógicas agem de maneira dialética, de um lado o espaço como lugar da realização da vida e espaço como mercadoria (Carlos, 2011).

À autora argumenta ainda sobre o processo de relação dialética sociedade-natureza, marcado na história, já que

o ato de produção da vida é, consequentemente, um ato de produção do espaço, além de um modo de apropriação. Nesse raciocínio, afirma-se o espaço como condição, meio e produto da reprodução social: produto resultante da história da humanidade, reproduzindo-se ao longo do tempo histórico e em cada momento da história, em função das estratégias e virtualidades contidas de cada sociedade. (CARLOS, p. 63, 2011)

É a partir de tais reflexões que caminhamos para duas percepções que nos leva para uma discursão sobre apropriação e produção do espaço, isto é, a apropriação está ligada ao uso, podendo ser individual ou coletiva, pública ou privada. Em relação à produção, consideramos que o Estado é sujeito da ação juntamente com capital. Dessa forma, “o Estado garante a exploração multiforme e a igualdade da exploração mútua e recíproca, enquanto a lei

garante a igualdade e, nesta, a manutenção da desigualdade” (Carlos, p. 65, 2011).

Há então uma contradição entre o uso do espaço e a produção desse espaço. A sociedade busca o lugar de realização da vida, através da apropriação e do uso do espaço, o Estado domina e cerceia, assim o capital produz a partir de um conjunto de relações sociais, objetivando a reprodução continuada da mais-valia.

Sobre a categoria trabalho, entendemos que é de fundamental importância que sua análise seja feita a contexto do começo do século XXI, levando em consideração moldes do sistema dominante do capital e suas formas de apropriação. Esse modelo se caracteriza pelo seu processo de produção espacial do capital e a aceleração desse processo modifica as relações de trabalho. Essa conexão entre produção espacial e o modelo hegemônico está expressa na obra de Lefebvre (1973 p. 21):

O capitalismo conseguiu atenuar (sem resolver) durante um século as suas contradições internas e, conseqüentemente, conseguiu realizar o crescimento durante esse século posterior ao Capital. Qual o preço disso? Não há números que exprimam. Por que meios? Isso, sabemos nós: ocupando o espaço, produzindo um espaço.

Encaramos a produção espacial como processo de produção capitalista objetivando a consolidação do seu desenvolvimento (ilimitado), na qual tem como base a exploração do trabalho, essa base é primordial ao próprio capitalismo enquanto estrutura de dominação a exploração do homem sobre o homem tem e caráter histórico e social, principalmente nas sociedades com divisão de classes, portanto a produção espacial é construída a partir de relações sociais desiguais.

A partir desta abordagem podemos entender a teoria de produção do espaço através do trabalho como ação produtora deste, ligada cosmologicamente através da modificação da natureza pelo homem com finalidade de manutenção vital para a sua existência, bem como na sua organização em grupos ou sociedade. Em outras palavras, através do trabalho e a transformação da natureza que se produz espaço. O indivíduo modifica tanto a natureza como se transforma num movimento dialético. Nessa

perspectiva da relação com a natureza, podemos entender o trabalho como nas palavras de Marx e Engels (1977, p. 63):

O trabalho é a fonte de toda riqueza, afirmam os economistas. Assim é, com efeito, ao lado da natureza, encarregada de fornecer os materiais que converte em riqueza. O trabalho, porém, é muitíssimo mais do que isso. É a condição básica e fundamental de toda a vida humana. E em tal grau que, até certo ponto, podemos afirmar que o trabalho criou o próprio homem.

Contudo, na perspectiva do modo de produção capitalista, o trabalho assume tanto o valor de uso, quanto o valor de troca; e tem na coisificação tanto do trabalho como do homem, sua base. Isso caracteriza a alienação do trabalho, conforme Mészáros (2006, p. 39)

a alienação caracteriza-se, portanto, pela extensão universal da “vendabilidade” (isto é a transformação de tudo em mercadoria) pela conversão dos seres humanos em “coisas”, para que eles possam aparecer como mercadorias no mercado (em outras palavras: a “reificação” das relações humanas); e pela fragmentação do corpo social em “indivíduos” isolados (*vereinzelte Einzelnen*), que perseguem seus próprios objetivos limitados, particularistas, “em servidão à necessidade egoísta”, fazendo de seu egoísmo uma virtude em seu culto da privacidade.

É através da exploração, alienação e espoliação do trabalho que o capital se expande sobre áreas antes não atrativas, ao mesmo tempo que esse processo consiste também na construção e reconstrução de um aparato técnico funcional e material para que suas instalações sejam realizadas a fim de garantir as relações de exploração e a imposição de uma ordem urbana e industrial. Confrontando os modos de vida e de trabalho de permanência das relações diretamente ligados a natureza com as formas capitalistas baseadas, na maioria das vezes, no trabalho fabril.

Alguns pesquisadores vêm discutindo, especificamente, a exploração do trabalho em frigoríficos de aves, principalmente, da região Sul do país, onde são altos os índices de enfermidades geradas pelo trabalho fabril, resultante da expansão dessa cadeia produtiva e da intensificação do processo de acumulação do capital. Porém, com a alta dinamicidade do capital, desloca esse modelo de exploração e se expande para outras regiões, seja como

unidade de produção, seja como unidade de distribuição. Consoante Silva (2011, p. 160),

Os motivos e as consequências do intenso deslocamento de plantas produtivas, impulsionados pelas necessidades de acumulação capitalista, sendo o acúmulo de produção e capital, ou por fatores que contribuem para a fixação de indústrias em determinadas regiões e/ou cidades, devem estar na ótica de estudos da Geografia, chamando esta ciência a investigar este deslocamento espacial, com rebatimentos principais para o mundo do trabalho e para os trabalhadores. Devem-se incluir nos motivos que propiciam esse deslocamento fatores como mão de obra barata, isenção fiscal, inexpressiva representação sindical, regiões dotadas de matérias primas e melhores condições de escoamento da produção. Esse processo de deslocamento e fixação de indústrias em determinadas áreas tem como aporte o processo de territorialização, desterritorialização e reterritorialização do capital, desdobrando-se na mobilidade da força de trabalho.

A necessidade de acúmulo guia o deslocamento dessas indústrias. Nosso estudo busca, através do olhar geográfico, compreender os impactos da fixação da empresa BRF- Brasil Foods, na cidade de Vitória de Santo Antão. Tais impactos são vinculados às novas formas de apropriação e transformação do território e da lógica de exploração da força de trabalho em virtude da expansão do modelo capitalista de produção.

A expansão capitalista condiz necessariamente com a expansão da exploração, sobretudo, da necessidade de obter taxas de acumulação altas para compensar esta expansão. No seio do modo de produção capitalista, a principal forma para que ocorra a acumulação é via absorção da mais-valia do trabalho não pago ao trabalhador, e assim, acumulado pelo capitalista, essa exploração é referente à submissão do trabalho vivo aos modos particulares do sistema metabólico do capital. (SILVA, p.161, 2011)

A produção espacial capitalista não é apenas uma produção material, pois também é carregada de simbolismo quem também constituem aspectos são derivados tanto das relações de poder, presentes na constituição do território, como no processo histórico ligado ao próprio processo de produção. O sistema capitalista se apropriou da subjetividade do indivíduo e da sociedade. Já quando tratamos de materialidade, queremos abordar a parte estrutural, como prédios, avenidas e indústrias, que, na maioria das vezes, se encontram no espaço urbano, porém o posicionamento e a localização dessa estrutura tecem uma hierarquização territorial que expressa às relações de

poder.

Atualmente, com o avanço do capital sobre o espaço agrário, observamos uma forte reprodução dessa estrutura industrial, ou seja, a expressão física de um modelo de ocupação territorial excludente, baseado na exploração do trabalho, se expande sobre locais antes firmados por pela agricultura. Esse poder de mutação material do espaço vem sendo constituído na América Latina através de políticas de desenvolvimento como o IIRSA, no Brasil pela política dos PAC's e em Pernambuco por via PRODEPE, que não são exclusivas, mas estão interligadas principalmente de um discurso “integração econômica e regional”. Essas políticas alteram a estrutura espacial existente, recriando territórios mais atrativos a instauração do modelo de produção capitalista, gestando um cenário favorável na disponibilidade de recursos e estrutura.

Diante da problemática da instalação da BRF-Brasil Foods no município de Vitória de Santo Antão, e das contradições do processo de produção espacial proveniente da articulação entre o Estado, empresa e mercado, optamos por uma análise ampla para entender como o setor industrial vem se comportando diante das mudanças no ramo de alimentos e qual a configuração do sistema agroalimentar moderno diante da lógica imperialista do mercado.

2.2 O sistema Agroalimentar e o Império

Para Wilkinson (2002), as empresas líderes da indústria alimentar vêm encarando uma nova dinâmica ligada à reestruturação do mercado global, diante dos novos padrões tecnológicos e do paradigma biotecnológico. O autor ressalta ainda o papel da indústria de alimentos na criação do sistema agroalimentar, através de uma lógica de apropriação e de transformação do espaço agrário, pelo processamento em grande escala de produtos agrícolas aos moldes industriais diante de uma evolução contínua através do tempo. Dessa forma,

O perfil do moderno sistema agroalimentar consolidou-se ao logo do tempo em torno de uma série de alternativas industriais parciais aos processos agrícolas e produtos em consonâncias com o avanço do conhecimento científico e tecnológico. Diferentes setores industriais emergiram de tendências gerais mais amplas ou de

apropriar-se dos processos agrícolas ou de substituir o produto agrícola. (WILKINSON, p. 148, 2002)

As transformações e inovações tecnológicas no sistema agroalimentar moderno estão baseadas nos processos de substituição e transformação. A substituição consiste na artificialização do produto final, sendo esta feita através da troca de produtos ou ingredientes que tem como base a agricultura por matérias-primas criadas em laboratório com ajuda da biotecnologia. Já o processo de transformação é pautado no incremento de tecnologia que propicie à redução dos custos com força de trabalho, transporte e modernização da produção, diminuindo o tempo total da produção.

A indústria alimentar era considerado de baixo nível tecnológico aplicado à produção, considerando as transformações no setor industrial em grande escala. Pois, apesar de inovações em alguns setores, como são os casos da Nestlé e sua produção de leite em pó e condensado, e de margarina da Unilever, no geral, se mantinha os padrões técnicos de experimentação numa perspectiva de melhoramento de processos artesanais de prensagem, secagem, limpeza, craqueamento, aquecimento e congelamento e fermentação.

Apesar de manter vínculos com centro de pesquisa para o desenvolvimento de técnicas de conservação como, por exemplo, o ramo de enlatados, a indústria alimentar, principalmente no século passado, era considerado como dependente de fornecedores de tecnologia (Wilkinson, 2002).

Com o passar do tempo, a indústria de alimentos passou a adotar mais intensamente a substituição, através das alternativas químicas e de aditivos e ingredientes. Dessa maneira, acreditamos que a artificialização do produto final, no caso o alimento, e a substituição, tanto do insumo como do modo de se produzir esse alimento que consolidou o distanciamento entre as atividades agrícolas e as empresas que passaram a se concentrar mais com a confecção e *marketing* do produto final, do que com a origem dos insumos. O mercado de *commodities* ampliou a escala da relação entre matéria-prima-indústria-mercado.

Porém, a produção de alimentos advindos do campo manteve seu

padrão produtivo e o abastecimento da população. Pois, mesmo diante do avanço do alimento industrial presente nas mesas, outra série de produtos agrícolas permanecem insubstituíveis, já que esses estão ligados a uma diferente ordem produtiva e a uma nova forma de relação com o mercado que depende diretamente da agricultura como fornecedora de alimentos finais básicos.

Em contraponto, a indústria alimentar busca apoiar-se na aproximação estética com o produto natural e na artificialização do sabor, bem como nas praticidades possibilitadas pela produção de refeições prontas para esquentar e prontas para comer, o que seria considerado uma questão importante para a noção difundida pela própria indústria de um alimento seguro, ou seja, que passou por várias inspeções e testes de qualidade.

Um ponto chave para o entendimento do processo de expansão da indústria de alimentos é a mudança de dietas rurais para urbanas. Essas mudanças são baseadas nas noções de segurança e familiaridade, estimuladas pelo processo de *marketing* e alienação imposta por essas empresas por meio de estratégias midiáticas do mercado, gerando uma transformação profunda nas práticas de consumo.

Essa expansão está ligada diretamente ao processo de mudança de estratégias de marcas de produto-único de ciclo longo para multiprodutos de ciclo curto. Esse processo obrigou as empresas a se diversificarem e ampliarem suas demandas, o que refletiu na necessidade de ajustes de logísticas, distribuição e *marketing*.

Wilkinson (2002), aponta duas dimensões sobre o sistema agroalimentar, diante da realidade da globalização que envolve a expansão e o domínio do mesmo: a primeira está ligada a transição para uma demanda tipo multiproduto e para estratégias empresariais orientadas à inovação; e a segunda focaliza os novos conteúdos da demanda que impulsionam a trajetória substitucionista, aproximando à fronteira dos farmacêuticos, cosméticos, nutracêuticos e alimentos funcionais que dependem de um avanço em pesquisas e desafiam a transformação industrial utilizando tecnologia de preservação, para reintroduzir o produto agrícola como alimento final, com uma vertente apropriação muito presente no agronegócio de frutas no vale do São Francisco, por exemplo.

A partir da abordagem de Wilkinson, e diante de suas reflexões, se faz necessário uma ampliação da escala para a compreensão das relações de apropriação e da transformação do alimento produzido no campo e do alimento da indústria. Para tanto, teremos que ultrapassar a escala da Europa ou dos EUA, e de suas empresas “líderes” e dos seus consumidores. Dado que, acreditamos que a expansão do sistema agroalimentar passa pela proliferação dessas empresas para regiões como África e América Latina.

Dessa forma, buscamos em Ploeg (2008), a concepção de Império alimentar que traz justamente essa noção de apropriação dos bens naturais e da transformação em insumos industriais na escala mundial, bem como suas implicações geopolíticas.

Os impérios Alimentares têm suas bases nos antigos impérios colonizadores do século XVI. O modelo de extração desenvolvido nessa época permitiu a comercialização e a circulação de novos produtos da América Latina e na Europa. Logo menos, os países colonizadores haviam dominado a venda dessas especiarias - como cacau, cravo, guaraná, urucum, poaia e baunilha - que foram alguns dos produtos que ficaram conhecidos como as tais “drogas do sertão”.

Atualmente, as grandes empresas de alimentos operam de forma muito parecida com os impérios. Na verdade, postulamos que essas empresas são os próprios impérios contemporâneos. Para isso, nos referenciamos na leitura da obra *Camponeses e os Impérios Alimentares: Lutas por Autonomia e Sustentabilidade na Era da Globalização*, de autoria de Jan Douwe Van der Ploeg. Nesse livro o autor vai explorar a contradição atual sobre a produção de alimentos, buscando entender a produção e a reprodução do modo de vida camponês e a resistência frente os Impérios Alimentares e o Capital.

Podemos assim entender o Império como algo muito mais complexo do que uma simples rede de fábricas ou marcas que dominam o mercado de um segmento econômico específico.

Segundo Ploeg (2008, 112),

o Império é um conjunto de redes mais ou menos interconecta, cada uma das quais orientada para o planejamento e controle de grandes segmentos da sociedade. Uma das características centrais do Império é que ele estrutura e reestrutura cada vez mais as práticas concretas nestes segmentos. Através do controle sobre os mecanismos de acesso, o Império torna cada

vez menos possível reproduzir práticas (e as unidades diretamente envolvidas) que estejam *fora* de sua esfera. Tudo se subjugava a ele - ou seja, a lógica introduzida pelo Império penetra e reina quase por toda parte.

A dimensão da atuação do Império está estruturada pelas dinâmicas do capital sempre em busca de novos espaços ou na readequação estrutural e funcional para expansão das ações que são baseadas no controle e no planejamento. Essas ações dependem da estreita relação entre Estado e Mercado, de forma que o Estado se torne cada vez mais dependente das exigências dos mercados e da sede de acumulação e mais-valia que resultam do processo de produção espacial, ora agindo como promotor de políticas públicas, em função de grupos que dominam e dinamizam o movimento do mercado, ora criando estruturas para que grupos empresariais estejam presentes em diversos territórios.

Ploeg (2008) descreve esse processo e como ele está ligado ao Império e seus impactos na sociedade civil

A nova simbiose entre o Estado e o Mercado penetra profundamente na sociedade civil e reordena simultaneamente, sujeitando-a a controles, prescrições e planejamentos externos. A autonomia, a responsabilidade e a confiança – três veículos importantes para a sociedade civil – são progressivamente eliminadas e substituídas por procedimentos, normas e protocolos. Com modo de ordenamento, o Império tende a *sobrepor-se* aos modos de ordenamento existentes (Estado, Mercado e Sociedade Civil), alinhando esses outros modos e introduzindo novas contradições e tendências de desenvolvimento que, até agora, eram desconhecidas para a humanidade. Essa sobreposição do Império como princípio orientador implica que o Mercado e o Estado deixem de ser complementares um em relação ao outro, mesmo que parcialmente. (p.276)

Acreditamos que o Estado, como se apresenta hoje, é a expressão de poder e de dominação, além de utilizar-se de uma estrutura organizacional impondo ações por meios das políticas públicas que o legitimam como interventor e parceiro do capital e muitas vezes essas políticas estão direcionadas para o aumento do consumo através de concessão de crédito ou para a inserção de mão-de-obra barata para o Mercado. Processo que não se desvincula das ações dominadoras estatais, porém, sugere, a partir de um discurso forjado de elevação das taxas de emprego e renda, um aumento da

qualidade de vida, tentando encobrir a realidade de exploração do trabalhador e de acumulação dos empregadores com ajuda e cumplicidade do poder público representado pelo Estado.

Entretanto, essas determinações destinadas ao Estado estão no seio da sociedade capitalista e na invenção da propriedade privada. Dessa forma segundo Andrade (2012), “o Estado é o produto de uma determinada fase do desenvolvimento social: aquela marcada pelo surgimento da propriedade privada e pelo aparecimento na sociedade das classes sociais antagonicamente inconciliáveis”, o que reforça a ideia de dominação e de opressão do Estado sobre os trabalhadores.

Os impérios alimentares estruturam um grande oligopólio em escala global, pois ao mesmo tempo em que promovem a compra e venda de um determinado produto, os fluxos são monopolizados e as rotas desses fluxos são dominadas até o produto chegar ao consumidor final. Toda essa circulação é regulada pelos impérios através de suas condições variáveis que apesar de econômicas, são geográficas para além de uma análise das condições físicas ou climáticas.

Há uma geopolítica de expansão e reprodução do padrão industrial alimentar numa direção norte-sul, essas condições perpassam os governos e as ideologias que são expressas ou defendidas dificultando ou facilitando a inserção de alguns países no eixo da dominação dessas empresas. Já os fluxos interagem com as áreas de abrangências, ou seja, com a territorialização por meio da distribuição, circulação e comercialização dentro da lógica dominadora do Império.

Consoante Ploeg (2008),

O Império é uma estrutura composta por esquemas reguladores de natureza política e econômica que são impostos à sociedade e à natureza. Nessa estrutura e através dela, o Estado e o mercado se tornaram cada vez mais interligados. Um se concretiza no outro e vice-versa. O Império não diz respeito primeiramente a produtos, pessoas, serviços, recursos, lugares, e assim por diante, nem é composto por esses elementos. O império é, acima de tudo, um conjunto complexo, multifacetado em expansão e cada vez mais monopolista de *ligações* (isto é, uma rede coerciva). Que coloca processos, lugares, pessoas e produtos em contato de uma forma específica.

A lógica monopolista do Império é que caracteriza e transforma a expansão do sistema agroalimentar moderno, e é através dele que esse capital territorializa-se de forma desigual e combinada. O domínio e o controle sobre o ramo alimentício, diante de uma realidade cada vez mais industrial, impõe tanto uma maneira específica de consumir, quanto de comercializar os produtos e distribuir esse tipo de alimento por meio de grandes empresas, produtoras e distribuidoras, em parceria com grandes redes de supermercado.

Esses atores estão munidos de um grande aparato de *marketing*, e propagam a ideia de alimentação industrial como sendo única, o que vem contribuindo para a transformação da dieta da população, principalmente durante esses dois últimos séculos.

O Estado, através de suas políticas, disponibiliza recursos para que o Império no território se estabeleça. Assim, se constitui uma lógica perversa de produção espacial, a partir dos interesses de acumulação que caminham juntos: mercado, Estado e Império.

2.3 Reflexões Teóricas sobre o “Desenvolvimento”

Atualmente, o desenvolvimento tornou-se um conceito semelhante a uma ameba. Sem forma. Mais inextricável. Seu contorno está tão pouco nítido que não delimita mais nenhum conteúdo – e ainda assim ele se espalha, pois é sempre associado com as melhores intenções (...) Mesmo sem conteúdo, o desenvolvimento ainda tem uma função: permite que qualquer tipo de intervenção seja santificada em nome de um objetivo maior. (SACHS, 2000)

Seguindo a reflexão de Sachs (2000) acerca do conceito de desenvolvimento, observamos o contexto histórico desta concepção que, por muito tempo, se encontrava atrelado ao processo de evolução natural das espécies presente nas ciências naturais, principalmente na Biologia. Porém, com o passar do tempo, o termo foi ganhando uma multiplicidade de significados e transformando-se num grande ponto de interrogação. Pois, o que vemos é a presença de um doutrinamento economicista com referência na base de sustentação da produção do espaço.

Atualmente, dificilmente veremos algum tipo de propaganda e/ou *slogan*, seja de governo ou de uma empresa, que não use o termo “desenvolvimento”

para afirmar ou justificar tal ou qual ação. Essa prática de promoção de atividades sempre esteve presente, tanto no Estado como nas empresas, e apesar dessas ações se repetirem na forma e na função, o termo desenvolvimento tem o papel de justificar essas ações.

O aparato midiático que envolve a promoção de uma qualidade de vida e de como as pessoas devem se portar, alimentar, vestir, bem como difundir uma imagem de bem estar a ser alcançada, ligada a uma lógica urbana, permite a construção do discurso alienado que o desenvolvimento é, ao mesmo tempo, proposta e solução para problemas de diversas ordens, bem como um caminho a ser seguido. Mas, para onde caminha esse desenvolvimento? Para que e para quem se desenvolve? Quais são seus limites e possibilidades?

É na busca dessas indagações que nos deparamos com a realidade volúvel em relação ao termo que Sachs (2000) anuncia, na verdade o que observamos é que em nome desse tal “desenvolvimento” o capitalismo contemporâneo vem produzindo espaço para suas ações.

Pesquisadores como David Harvey vêm se dedicando na explicação do tema. E entendemos que o mesmo compreende uma dinâmica global, por isso se faz necessário uma análise multiescalar, sem que se perca o caráter histórico, viabilizando a compreensão da intensidade dos processos quanto à localização geográfica das dinâmicas espaciais relacionadas ao desenvolvimento.

Para isso recorremos a Montenegro (2011), que reflete sobre uma forma de pensar sobre a América Latina através do projeto de modernidade e colonialidade dentro da lógica do desenvolvimento, abordando como se dão os conflitos por território na América Latina. Esses conflitos estão relacionados ao choque entre relações de uso racional e tradicional do território e a apropriação do capital sobre o mesmo.

Através das ações dos grandes projetos na América Latina, podemos refletir sobre a ligação entre território e sua compreensão quanto recurso para o desenvolvimento capitalista, entretanto, esse processo tem como um dos principais pilares o Agronegócio e seu modelo destrutivo da Natureza e do Homem.

Sobre a perspectiva do desenvolvimento, podemos nos guiar pela abordagem das rachaduras, dentro do próprio discurso, e da práxis do sistema.

Pois essas rachaduras é que permitem a elaboração da crítica, tanto nos movimentos sociais como na academia, contrapondo-se ao modelo de desenvolvimento imposto como único e indissolúvel, abrindo a possibilidade de visão menos economicista da realidade social, tendo como base os impactos ambientais e sociais gerados pelo modelo de produção espacial capitalista.

Esse desenvolvimento vem mascarado e munido de um conjunto de discursos, sejam eles ambientais, sociais ou culturais. Esses discursos estão presentes com o intuito de esconder a lógica desenvolvimentista fazendo com que ela penetre em espaços ainda alheios ao processo.

Para a compreensão do processo de produção capitalista com base desenvolvimentista, é necessária uma reflexão sobre a construção histórica relacionada às dinâmicas econômicas expressas no território nacional. Dessa forma, Oliveira (2011) trata das transformações no processo de acumulação referente à mudança de uma ordem econômica agroexportadora e o início de uma predominância da produção de base urbana e industrial.

Essas transformações serviram para reforçar a perspectiva do desenvolvimento, a partir da década de 1930. Esse processo levanta um debate sobre as leis trabalhistas e as políticas do Estado referentes à colaboração para a implementação da lógica capitalista no Brasil.

Tais políticas de Estado são atreladas a viabilização de estrutura como portos, estradas e ferrovias e um caráter econômico através da concessão de crédito e dessa forma, produzem meios para que essa lógica de produção se materialize no espaço.

Diante de uma realidade política arcaica, pautada nas relações patriarcais, bem como na expressão de poder econômico que é exercido por essa classe social, podemos vislumbrar o processo de contradição entre o discurso de modernidade e o primitivo presente nessas relações, como duas formas que se imbricam na gênese do desenvolvimento, como processo histórico.

Um debate importante se consolida a cerca de como a multiplicação de termos que formulam o conceito de desenvolvimento. Essa multiplicidade de termos são estratégias de abarcar diversos seguimentos e linhas de pensamentos em função das intencionalidades do capital, mesmo que exista um discurso social, ambiental ou local. Essas perspectivas servem como porta

de entrada para a inserção dos sujeitos sociais na lógica hegemônica de produção.

Nessa perspectiva, Lisboa (2002) levanta a discussão sobre o discurso do Desenvolvimento, desmistificando o uso do termo com finalidades ligadas a melhoria de vida e bem-estar-social. Compartilhamos da ideia da autora que traz o desenvolvimento como discurso de expansão do capital, tratando do tema nas diversas esferas, partindo do global para o local.

Para isso, a autora propõe uma reflexão em relação ao processo histórico a partir das discussões sobre o tema e da disseminação do discurso do desenvolvimento local na década de 1990. Discurso esse controlado e propagado por organismos internacionais, levantando uma reflexão do controle estrangeiro sobre a constituição de novos territórios econômicos. Com base nas políticas neoliberais no mundo e os rebatimentos na política nacional.

A mudança do discurso se dá pelo próprio processo de evolução do capitalismo quanto doutrina irrefutável e não passível de crítica, ou seja, o discurso traz uma carga homogeneizante ligado à transição dos padrões de produção bem como às políticas neoliberais.

Assim, podemos entender esse processo a partir de uma lógica contraditória que ao mesmo tempo integra economicamente os locais, através do processo de globalização, e desintegra a dinâmica local através da sujeição de uma lógica global capitalista.

É importante ressaltar também o papel do Estado e sua contribuição para implementação da lógica do capital financeiro, apoiando-se em políticas de abertura comercial e privatizações. Essas políticas são ligadas a organismos multilaterais com OMC, Banco Mundial, FMI, BID e a própria ONU. O que vem reforçando a subordinação dos países “menos desenvolvidos” aos interesses do capital financeiro internacional.

Desse modo, podemos vislumbrar o tipo de atuação do Estado sobre as políticas de desenvolvimento, ora regulando e mediando, ora intervindo diretamente no espaço, com práticas de produção apoiada nas políticas do capital financeiro. Essas políticas de Estado estão inseridas no discurso desenvolvimentista, reproduzindo nas diversas escalas de atuação.

Atualmente, podemos notar um avanço do modelo de produção capitalista dentro das políticas de Estado em relação à escala e categorias de

análise, essa conjuntura corroborou para a fabricação de termos como *Desenvolvimento Regional*, *Desenvolvimento Territorial* e *Desenvolvimento Local*, porém podemos entender que esses termos não passam de uma necessidade de produção do capital, da sua expansão e da produção de novos espaços de exclusão e exploração, trazendo para o processo seu caráter desigual e combinado. Essa dinâmica é reforçada pela transformação desse discurso em políticas do Estado, o que afeta diretamente os indivíduos, por essa porta podemos entrar nas discussões através da ação desse consócio entre Estado e Capital; suas práticas espaciais e os processos de territorialização e desterritorialização, e seus impactos gerados na sociedade como todo e/ou em camponeses, povos tradicionais e trabalhadores; bem como entender os processos de resposta ou de resistência.

A partir dessa realidade, é possível contribuir para um exercício da interpretação do desenvolvimento, tanto como discurso quanto como prática. Em Vitória, as empresas vêm recebendo incentivos governamentais. Esses incentivos fazem parte do Programa de Desenvolvimento de Pernambuco – PRODEPE, e essa ferramenta está a serviço da consolidação do modelo desenvolvimentista em que o Estado de Pernambuco está inserido. As estruturas estão baseadas na atração de empresas, principalmente para atender a necessidade e demanda do complexo industrial de SUAPE, bem como sua rede de fluxos. No caso da ferrovia Transnordestina, no âmbito nacional, essas ações e políticas ligam-se ao Programa de Aceleração do Crescimento – PAC.

2.4 O Programa de Desenvolvimento do Estado de Pernambuco - PRODEPE

O programa de Desenvolvimento do Estado de Pernambuco foi instituído pela Lei nº 11.675, de 11 de outubro de 1999, e regulamentado por meio do Dec, nº 21.959, de 27 de dezembro de 1999, em substituição ao antigo FUNCRESCE, Lei nº 10.649, de 25 de novembro de 1991. Tendo como objetivo atrair novas empresas industriais e comerciais atacadistas que queiram se instalar no estado ou ampliar suas instalações já existentes.

Os incentivos concedidos pelo PRODEPE estão baseados na concessão

de crédito presumido do ICMS sobre o saldo devedor desse imposto apurado em cada período fiscal. O programa beneficia algumas atividades econômicas, além da Industrial, importador atacadista de produtos acabados e de matérias-primas e centrais de distribuição. Para os incentivos industriais o programa enquadra as industriais em três grupos; A – industrial especial; B – industrial prioritário, e C – industrial relevante.

O agrupamento industrial especial é formado por quatro setores, são eles: Farmacoquímico especial (biotecnologia), localizado no Polo Farmacoquímico; Siderúrgico; produção de laminados de alumínio a quente, vidros planos, temperados ou não. Para esse grupo, os incentivos correspondem há um crédito presumido do ICMS equivalente há 95% do saldo devedor desse imposto, apurado em cada período fiscal, por um prazo de 12 anos, prorrogável por igual período.

No agrupamento industrial prioritário, os incentivos concedidos também tem prazo de 12 anos prorrogável por igual período. Esses incentivos variam, de acordo com a localidade em que são instaladas as indústrias. Na Região Metropolitana do Recife, os incentivos são 75%, na Zona da Mata 85%, na Zona do Agreste 90% e na Zona do Sertão 95%. Os setores prioritários desse grupo são: agroindústria, exceto a sucroalcooleira; metalmecânica e de material de transporte; eletroeletrônica; farmacoquímica comum; bebidas; minerais não-metálicos, exceto cimento e cerâmica vermelha; têxtil; plástico e móveis.

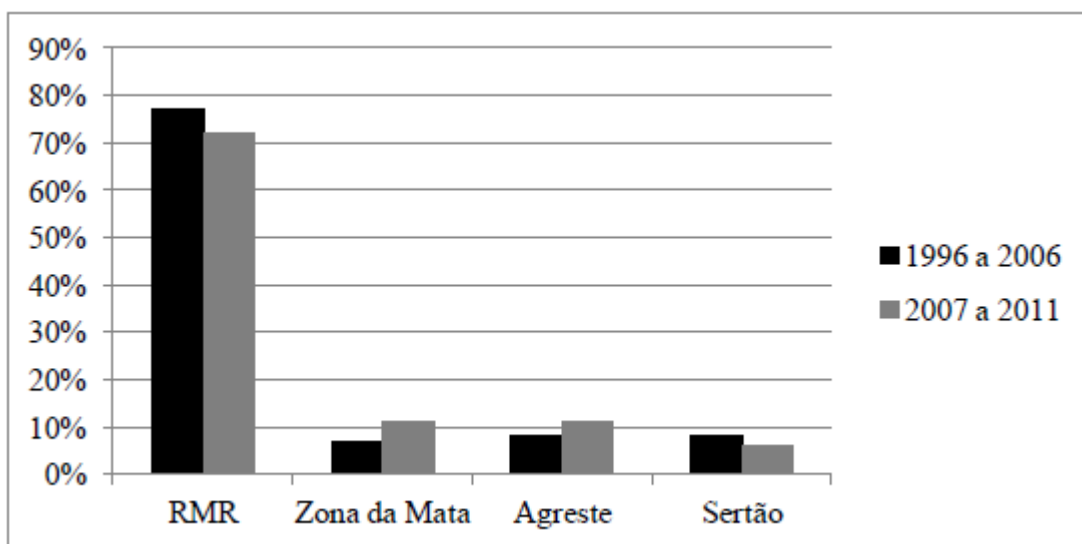
Já o grupo industrial relevante é caracterizado pelos demais setores que não estão contidos no agrupamento industrial prioritário. Tem um prazo de fruição de 8 anos, prorrogável por tempo igual, e há um diferencial no crédito presumido de acordo com a localização geográfica dos empreendimentos. Na Região Metropolitana do Recife, o crédito presumido é de 47,5 % (quarenta e sete e meio por cento), as demais localidades do estado têm 75% de crédito concedido.

O objetivo político do PRODEPE, na perspectiva do desenvolvimento enquanto política de Estado é facilitar que empresas se instalem em Pernambuco diminuindo os custos fiscais para o aumento do acúmulo de capital das mesmas, diante da partição gradativa dos incentivos fiscais de acordo com a localização das indústrias. O programa opera a partir da divisão

do estado em 12 regiões, caracterizadas pelos atrativos socioeconômicos e geográficos favoráveis para o direcionamento das políticas públicas de acordo com as “vocações” econômicas de cada região.

Contudo, segundo Frota (2013), em uma análise comparativa de dados referentes aos incentivos fiscais do estado, de 1996 a 2006, e os projetos aprovados no PRODEPE, de 2007 ao primeiro semestre de 2011, a interiorização do desenvolvimento do estado não vem acontecendo como esperado, em relação à diversificação geográfica. Como observamos no gráfico abaixo elabora pela autora.

Gráfico 1- Percentual de projetos incentivados aprovados pelo PRODEPE, e sua distribuição territorial de acordo com as Meso-regiões do estado de Pernambuco.



Fonte: Ad Diper (2011) *apud* FROTA (2013)

Dessa forma, observamos a concentração de incentivos para Região Metropolitana do Recife com uma pequena queda, de 77% para 72% dos projetos, entre os períodos destacados. Já na Zona da Mata há um crescimento de 8% para 11%, os mesmos percentuais foram destinados à região Agreste; no Sertão houve um decréscimo de 8% para 6%. Esses números dialogam com a disposição desses arranjos industriais apoiados por incentivos do PRODEPE, na RMR e na Zona da Mata, onde as chamadas industriais motrizes, como é o caso da BRF – Brasil Foods em Vitória de Santo Antão, tem um poder de aglutinação de outras indústrias de menor porte, incentivando uma cadeia produtiva. Essa dinâmica se repete no ramo de

laticínios no Agreste do estado e no sertão o agronegócio de produção de bebidas e vinhos concentra os investimentos do PRODEPE.

Adiante retomaremos o debate em torno das políticas de desenvolvimento e do PRODEPE, quando abordaremos a atração de empresas para o município de Vitória de Santo Antão, bem como essas empresas transformam o território.

A partir de uma base teórica relacionada ao processo de produção espacial capitalista, o discurso e a política de desenvolvimento, as transformações no sistema agroalimentar e o avanço do império alimentar sobre o território, explicitam a territorialização do capital. Estes processos necessitam de uma caracterização histórica por onde a lógica do capital toma sua forma geográfica no município.

No próximo capítulo, nos dedicaremos há uma análise histórica da produção espacial do município em questão e suas imbricações com os processos produtivos no espaço agrário, a partir da apropriação da monocultura da cana-de-açúcar, das resistências e lutas por esse território, bem como as transformações recentes no campo e na cidade.

CAPÍTULO II

3. Aspectos geo-históricos da Formação do Território Vitorense

3.1 A evolução da apropriação do território do Vale do Rio Tapacurá

O vale do Rio Tapacurá está localizado na porção central da Zona da Mata pernambucana e é englobado pela faixa geobotânica que corresponde à faixa da Mata Tropical Atlântica. Antes das primeiras expedições colonizadoras, os índios tupis mantinham seu modo de vida baseado num conjunto que combinava agricultura, caça e coleta. Esses grupos vem da evolução dos migrantes do período pliopleistoceno, criando seus modos de vida no ritmo e âmbito de coabitação com a reconstituição da flora e fauna, onde esses grupos etno-culturais e os grupos de formação vegetal surgiram em intercâmbio, processo este que culminou na sua distribuição territorial (Moreira, 2011).

Moreira (2011), ao abordar o processo de disponibilidade espacial e as transformações no espaço brasileiro a partir da colonização, traz a reflexão sobre o modo de apropriação colonial em oposição ao modo-de-vida indígena. A ocupação colonial do vale do Tapacurá seguiu a dinâmica de despacialização do índio em virtude da imposição da lógica de dominação colonial.

As populações indígenas que viviam no litoral e na Zona da Mata foram obrigadas a adentrar no território como estratégia de reprodução do modo de vida. Pois, houve o rompimento da lógica indígena de produção com a chegada do colono português nessas áreas. Com a retirada da floresta para a extração do pau-brasil, abundante no litoral e com a introdução da monocultura da cana-de-açúcar, na Zona da Mata. Incluindo o território que compreende o vale do Tapacurá. Tendo como finalidade, suprir as necessidades econômicas da Colônia. Dessa forma o domínio do modelo produtivo da cana-de-açúcar na região dos vales dos rios e de mata inviabilizou a reprodução do modo de vida indígena.

A história da ocupação da cana-de-açúcar nesses vales interioranos estava ligada a relação conflituosa de renda diferencial entre a fertilidade e a localização, pois havia necessidade de aproximação da produção com portos para escoamento do açúcar. No entanto, o próprio modelo monocultor tem como característica o esgotamento da produtividade da terra, esse esgotamento regeu a expansão da produção canavieira para áreas distantes dos portos, somando-se a busca pela fertilidade do solo massapê.

Moreira (2011) descreve esse deslocamento no processo de ocupação

a ocupação colonial dá-se inicialmente nos núcleos vicentino, baiano e pernambucano. E, neles, nas várzeas dos rios, à beira da linha marítima da localização portuária. Na Bahia e em Pernambuco, onde com o tempo a economia canavieira se concentra, frente ao fracasso da experiência vicentina, a altíssima fertilidade do massapê compensa o processo de localização, cada vez mais interiorizada, resolvendo o problema com a abertura de portos à beira do rio e chamando para aí a localização do canavial e do engenho. O tempo foi afastando, todavia, os centros de produção dessa combinação solo-localização apropriada, nem adentrando vale acima, rio adentro, de custos crescentes. (p. 41)

É através desse processo que a produção e o latifúndio da cana-de-açúcar adentram em parte do território do Rio Tapacurá. Porém, é importante lembrar que essa região já era conhecida pela abundância do pau-brasil e pela sua extração, realizada próxima a sua foz por traficantes de madeira, ainda na primeira metade do século XVI. O povoamento do vale se intensificou com a concessão de sesmarias em suas terras, algumas delas constam no Livro de Tombo do Mosteiro de São Bento em Olinda:

em 17/03/1575 - 800 braças de terra em quadra, nos limites onde se chama Camositas e Taprambatce, e Tapacora e Aratapagipe, concedidas a Diogo Gonsalves por Beatriz de Albuquerque;

em 10/05/1575 - 300 braças em quadra, nas costas da que fora dada a João Fernandes Bravo, igualmente concedidas a Cristóvão Pais;

em 26/03/1577 - uma légua de terra em quadra nos limites de Jaboatão, concedida por d. Beatriz de Albuquerque a d. Isabel de Albuquerque, filha do seu irmão Jerônimo de Albuquerque;

em 02/04/1577 - 200 braças de comprimento por 300 de longo, na parte de Moribara, concedidas por Jerônimo de Albuquerque a

Manuel Vaz;

em 04/08/1591 - um lugar que chamam das Tabocas para a banda do sertão, concedida a André de Albuquerque pelo Capitão Governador loco-tenente Pedro Homem de Castro.

em 30/05/1603 - a terra que se achar não ser dada, de uma e outra parte do rio Tapacurá, onde esteve o Paço Velho, e pelas Alagoas que chamam Alagoa Comprida e Alagoa Redonda, até a Mata do Brasil, concedida pelo governador Manuel Mascarenhas Homem aos religiosos do Mosteiro de São Bento. (Livro de Tombo do Mosteiro de São Bento, p. 481 - 494, Recife, 1948). (ARAGÃO,1983)

Outras sesmarias próximas foram transferidas ou doadas para os religiosos de São Bento, que dominavam a vasta extensão de terra do vale do Tapacurá, hoje território pertencente aos municípios de São Lourenço da Mata e Vitória de Santo Antão. Na passagem de século XVI para XVII, as ribeiras do Tapacurá e do Jaboatão estavam povoadas por lavradores e criadores e eram implantados engenhos, fazendas e sítios. A agricultura praticada pelos lavradores e criadores era baseada na produção de gêneros alimentícios diversos principalmente a mandioca, como também a criação de pequenos animais. Essa produção destinava-se ao abastecimento tanto da capital da província, como dos engenhos de cana e, principalmente, dos lavradores.

Dessa forma, uma configuração espacial se manteve durante a instalação dos colonos e dos primeiros povoamentos da região que compreendia o vale do rio Tapacurá e Goitá, sendo esses dois os principais afluentes do Capibaribe. Entre esses colonos estava Diogo de Braga, responsável junto com sua família pelo primeiro povoamento da margem esquerda do Tapacurá, considerada o ponto fundamental da localização do município de Vitória de Santo Antão.

Em meados de 1626 essa região já era conhecida como Cidade de Braga. O arranjo espacial consistia nas casas e na Capela de Santo Antão, cuja imagem foi trazida da Ilha de Santo Antão, em Portugal, pelo próprio Diogo de Braga com o intuito de afastar as feras da Mata, protegendo a lavoura do porco do mato e a pecuária da onça suçuarana.

O povoamento da área teve também a função de proteger a província, no período marcado pela invasão holandesa. Visto que, nessa região ocorreu um grande embate entre as forças provinciais e os invasores holandeses.

Travando, assim, a Batalha das Tabocas, onde os defensores da província lograram êxito e expulsaram os holandeses do território.

A batalha das Tabocas foi um marco para o fim do período de domínio da Companhia das Índias Ocidentais, na província de Pernambuco. Na região denominada cidade de Braga, que era constituída de algumas edificações modestas e de uma Igreja onde se cultuava a imagem do eremita Santo Antônio. Foi na busca de ampliação do poder sobre o território, que as tropas holandesas partiram para a região central da província, local onde os portugueses constituíram uma resistência com a participação dos colonos, dos negros escravizados dos engenhos da região e de alguns indígenas que ainda habitava aquelas matas, que foi preparada a emboscada para combater as tropas holandesas, em meados de 1645.

A batalha das Tabocas, travada no final do mês de julho, e com desfecho favorável as tropas luso-brasileiras no dia 3 de agosto de 1645, foi a primeira vitória dessas tropas frente aos holandeses. Dentre os acontecimentos relativos à batalha, foi criada toda uma mística em relação a esse confronto, envolvendo até uma questão religiosa diante da presença e “participação” do Santo Antônio. Esses elementos recordados em relatos históricos sobre a batalha estão presentes no texto de Aragão (1983).

O confronto incitou um sentimento nativista, onde todos os registros apontam para a união das três raças, europeu-índio-negro, para a defesa do território Pernambucano. Porém, essa forma lúdica de como é vista essa história despreza as relações sociais e de poder presentes no território durante esse período. (Aragão, 1983)

Após os primeiros anos de prosperidade, foi a partir da presença e liderança de Mauricio de Nassau que muitos engenhos foram doados para holandeses ou até mesmo luso-brasileiros aliados e produziam açúcar a todo vapor. No entanto, a alta do preço do açúcar na Europa, devido à superprodução, fez com que esses senhores de Engenhos passassem por dificuldades econômicas e esses fatores, somados aos altos tributos pagos para a Companhia das Índias Ocidentais, foi um ponto importante que os conflitos explodissem no período chamado de Restauração Pernambucana.

O intuito do colono era de proteger suas terras e base produtiva de poder: o engenho. Os holandeses já dominavam a tecnologia mais eficaz da

produção de açúcar nas suas colônias tendo como objetivo, em Pernambuco, ampliar a produção e o mercado desse produto. Entretanto, isso era o que mais temia a colônia, por que uma vitória holandesa significaria o domínio, tanto da força produtiva, como da terra, do território e do sistema binomial constituído a partir do domínio colonial português.

Andrade (1983) destaca o interesse dos holandeses em Pernambuco, “os holandeses aqui chegaram conhecendo a terra e as possibilidades de lucro que dela podiam retirar, conhecendo as grandes possibilidades de colocação do açúcar no mercado europeu”. Isto é, os holandeses operavam o sistema de comercialização de açúcar na Europa e dominavam a técnica de produção em suas colônias e esse já era o modelo de exploração aplicado em suas colônias.

As batalhas desse período evidenciaram uma necessidade do mercado se territorializar com a finalidade de domínio total dos meios de produção, da plantação a comercialização.

O negro, já escravizado no sistema do engenho, foi utilizado como braço de força no combate, porém ele não era movido por um sentimento de glória ou nativista, mas sim a partir da obrigação que fazia parte de tudo na vida do escravo como uma maneira da submissão aos interesses do senhor. Tanto fazia morrer no monte das Tabocas ou na senzala, a diferença seria o chicote. Pois, independente de qual fosse o domínio sobre o engenho, pouco se alteraria a realidade de vida desses sujeitos perante o sistema vigente na época. A liberdade prometida em troca da luta não foi concedida.

As comunidades indígenas que viviam sobre a pressão constante dos latifúndios, tinham o conhecimento das ervas e dos segredos das matas do Vale do Tapacurá de onde extraíam especiarias, as quais também eram usurpadas pelo colonizador. Os indígenas tiveram uma grande importância no combate no monte das Tabocas e também nos combates que se sucederam, pois eram eles de todos os envolvidos na batalha que tinham o maior conhecimento da geografia das matas e dos tabocais das terras de Santo Antônio, eles detinham todo o conhecimento da fauna, da flora, das trilhas e caminhos. Por isso, o uso da taboca conhecida também como cana brava, cujo seu formato rígido e espinhoso proporcionou uma proteção natural para as tropas portuguesas. Além de estabelecerem uma forma de combate que diferia do modelo de organização das tropas holandesas, o formato de guerrilha

imprimido pelos indígenas adentrando nas matas pegaram “os hereges” de surpresa. (Aragão, 1983)

Os registros históricos sobre a Batalha das Tabocas são elaborados a partir de um teor nativista-militar, baseado numa união étnica que nunca existiu de fato, o que aconteceu foi à relação de exploração das virtudes, sejam elas físicas, intelectuais e espirituais desses grupos explorados envolvidos forçadamente na batalha (negros e índios), para o fortalecimento dos interesses do grupo dominante formado pelos colonos. Após a batalha do Monte das Tabocas, as tropas lideradas por João Fernandes Vieira, André Vidal de Negreiros, Francisco Barreto de Meneses, Henrique Dias e Felipe Camarão obtiveram a primeira vitória do movimento restaurador. Logo após, nos anos 1648 e 1649, a batalha do Monte Guararapes expulsou as tropas holandesas do território da província pernambucana. Mesmo sendo expulsos de Pernambuco, os holandeses ainda dominavam o mercado do açúcar, domínio geográfico frisado por Eduardo Galeano, na sua obra *As veias Abertas da América Latina*.

Em 1630, a Dutch West India Company invadiu e conquistou a costa nordeste do Brasil, para assumir diretamente o controle do produto. Era preciso multiplicar os lucros, e a empresa ofereceu aos ingleses da ilha de Barbados todas as facilidades para iniciar a cultura em grande escala nas Antilhas. Trouxe ao Brasil colonos do Caribe, para que aqui, em seus novos domínios adquirissem os necessários conhecimentos técnicos e a capacidade de organização. Quando os holandeses foram por fim expulsos do Nordeste brasileiro, em 1654, já tinham estabelecido as bases para que Barbados se lançasse numa competição furiosa e ruinosa. Havia levado negros e raízes de cana, levantado engenhos e tinham todos os implementos. As exportações brasileiras caíram bruscamente para a metade, e os preços baixaram 50% no fim do século XVII. As Antilhas estavam mais perto do mercado europeu, Barbados tinha terras ainda virgens e produzia com melhor nível técnico. As terras brasileiras estavam cansadas. A formidável magnitude das rebeliões dos escravos no Brasil e a aparição do ouro no Sul, que arrebatava mão-de-obra às plantações, precipitaram também a crise do nordeste açucareiro. Foi uma crise definitiva. Prolonga-se, arrastando-se penosamente de século em século, até nossos dias. (GALEANO, p. 45, 1978)

Mesmo com a expulsão dos holandeses do Nordeste açucareiro, as marcas do período de ocupação permitiram um avanço da produção holandesa na escala mundial. O Caribe se transformou no grande centro produtor de açúcar, a partir da aglutinação das técnicas da força de trabalho transferidas da

experiência no Brasil somadas ao alto nível de produtividade das terras virgens do Caribe. Essas transformações no comércio internacional e a crise gerada a partir delas, ocasionaram mudanças no Espaço Agrário do Brasil como todo e principalmente na Zona da Cana.

3.2 A construção binomial entre fazenda-lavoura e seu reflexo sobre a apropriação da Região Central da província Pernambucana.

A expansão do povoamento na região Central da província pernambucana foi consolidada somente a partir da centralidade plantacionista que englobava a fazenda de lavoura e o engenho que juntos caracterizavam o sistema de *plantation*. A faixa de terra correspondente à povoação de Santo Antão da Mata era banhada pelos rios Tapacurá, Goitá, Jaboatão, Pirapama e Ipojuca. Nessa região, logo após a restauração pernambucana, intensificaram-se as doações de sesmarias como estratégia do Estado de ampliar a produção e com isso superar a crise do sistema canavieiro.

As terras cultivadas nas franjas do latifúndio litorâneo foram sendo ocupadas por sítios onde eram produzidos gêneros alimentícios que abasteciam os engenhos e as outras propriedades. Foi perante essa realidade que a região central da província se tornou um ponto de forte comercialização, tanto dos produtos advindos das lavouras, como do gado das áreas mais agrestadas e do sertão, que encontravam nesse espaço um ponto de repouso. Isso impulsionou o surgimento de grandes feiras realizadas aos sábados que expressavam a diversidade da produção agrícola.

Assim, o binômio monocultura-policultura foi construído em dois ambientes distintos dentro do território da povoação de Santo Antão da Mata, tendo na parte sul à exploração dos vales do Pirapama, do Jaboatão e do Ipojuca a expansão do monocultivo da cana-de-açúcar sobre a Mata úmida; já na porção central e norte, havia o domínio da policultura e das pequenas criações sobre as áreas de mata seca. Essa dinâmica deixa expressa como o sistema da *plantation* estava geograficamente definido e territorialmente expresso entre duas formas de produção. Isso se refletia nas relações sociais, que se instaurava dentro e fora do latifúndio, e da monocultura. Abrindo espaço para relações menos dependentes e exploratórias, tanto da natureza como do homem que caracterizavam os sítios.

A dinâmica expressa no território colonial promove um novo arranjo político-administrativo como aumento do número de cidades e vilas, como detalha Moreira (2011),

a expansão numérica das fazendas de lavouras e dos engenhos pela faixa da mata e das fazendas de gado e núcleos de mineração pela faixa campestre multiplica e difunde em escala o número de vila e cidades, ajudando com estas a quebrar e dividir as capitânicas em municípios, aumentando em progressão da massa crítica dentro da colônia. (MOREIRA, p. 81, 2011)

Esse processo de fragmentação abriu dentro do período colonial espaço para o campesinato e a diversidade produtiva simbolizada pelo aumento dos sítios, como relata Aragão (1983),

através dos anos, do século XVI para o XVII as terras das sesmarias onde não se haviam levantado engenhos, foram-se fragmentando em propriedades menores, ou pela impossibilidade de os sesmeiros cultivarem, sozinhos, seus latifúndios, o que os levava a dividi-los e vender partes deles a terceiros; ou pela sucessão mortis-causa: com o falecimento do sesmeiro eram suas terras partilhadas entre os herdeiros. Desse modo foram-se formando propriedades menores, embora ainda de grandes proporções, por sua vez redivididas em glebas menores, constituindo os chamado **sítios**. (ARAGÃO, p.38, 1983 [grifo nosso])

O vale do Rio Tapacurá, terras da freguesia de Santo Antônio, não foi preferencialmente utilizado para o cultivo de cana nos séculos XVII e XVIII, após 120 anos dos primeiros povoamentos marcados pela construção de algumas casas e da Capela, por Diogo de Braga, a freguesia contava com apenas três engenhos moentes. Provavelmente, os engenhos Conceição, Cacimbas e Serra.

Como veremos na imagem abaixo, referente a uma ilustração de um viajante suíço que fez um desenho retratando o centro do povoamento de Santo Antônio da Mata. Luís Shlappriz monta o cenário constituído da Igreja Matriz de Santo Antônio e de algumas residências que ficavam ao entorno.



Imagem 1 – Desenho do viajante suíço Luís Shlappriz, datado aproximadamente do período entre 1863 e 1864. Fonte: Aragão, 1983.

Os sítios camponeses estavam à margem da estrutura latifúndio-monocultura-trabalho escravo, apesar de se relacionar e abastecer de alimentos os engenhos. Essa relação transbordava o sistema binomial com o aumento do povoamento e das relações econômicas nas regiões da província e esse território se destacava como grandes produtores de alimentos, evidenciando, assim, a necessidade de comercialização dessa produção e o surgimento das feiras que desempenhavam o papel de articulação dos sistemas produtivos de Pernambuco. O gado e algodão vindo do Sertão e do Agreste, a farinha, a diversidade agroalimentar dos sítios da região das matas, o açúcar e seus derivados, bem como o comércio de ferramentas e de animais. A Feira de Santo Antônio, proporcionou que a agricultura camponesa dos sítios da região da mata se reproduzisse como classe, garantindo o abastecimento das diversas regiões do Nordeste.

3.3 O avanço dos engenhos sobre as áreas de policultura do Vale do Tapacurá.

O processo de exploração dos vales dos rios Pirapama, Ipojuca e Jaboatão pertencente à porção de mata úmida, se acentuou de acordo com o aumento do domínio da cana sobre as áreas férteis. Foi intensificada no final do século XVIII até meados do século XIX, e tal exploração expandiu-se sobre as áreas arrendadas e policulturais dos sítios, tendo assim a produção de cana-de-açúcar como principal atividade. Nessa época, houve o aumento substancial nos números de engenhos moentes: de 3 no final do século XVIII para 92, contam os registros do primeiro livro de Tombos da Paróquia de Santo Antônio.

Segundo Andrade (1988), os engenhos eram categorizados de acordo com a base técnica, pois

os engenhos d'água, que eram movidos pela força da água que caía numa roda, impulsionando-a, ou eram movidos a tração animal, bois ou éguas, fazendo rodar a almanjarra que movia a moenda que espremia a cana. Os engenhos d'água, que eram chamados de engenhos reais, podiam ser de três tipos: o copeiro, o meeiro e/ou o baixeiro, conforme a água caísse na roda por cima, no meio ou na parte inferior. Esses eram os engenhos mais importantes, daí serem chamados de reais,

mas apresentavam uma inconveniência, ficavam impossibilitados de trabalhar nos períodos mais secos, em que diminuía o débito dos riachos que forneciam a água. Os engenhos de tração animal, chamados também de trapiches, eram menores e necessitavam reservar uma grande área para a pastagem dos animais, mas podiam moer o ano inteiro, não dependendo da água nas mesmas proporções que os engenhos reais. (ANDRADE, p. 65, 1988)

Esses engenhos eram de pequeno e médio porte, no entanto sua produtividade compensava pela fertilidade cultivada durante séculos por lavradores. Esses produtores, devido ao aumento da demanda do mercado por açúcar, aumentaram o plantio de cana em seus sítios e forneciam para os engenhos, em troca tinham o direito de se manter nessas terras onde matinha seus roçados mesmo que cada vez mais reduzidos pelo avanço do latifúndio, abastecendo, principalmente, os engenhos e reiterando o binômio lavoura-engenho. O avanço do latifúndio açucareiro trouxe consigo a fome e a devastação da natureza, segundo Galeano (1978),

Naturalmente nascida para produzir alimentos, passou a ser uma região de fome. Onde tudo germinava com exuberante vigor, o latifúndio açucareiro, destrutivo e avassalador, deixou rochas estéreis, solos lavados, terras erodidas. Fizeram-se, a princípio, plantações de laranjas e mangas, que foram abandonadas e se reduziram a pequenas hortas que rodeavam a casa do dono do engenho, exclusivamente reservadas para a família do plantador branco. Os incêndios que abriam terras aos canaviais devastaram a floresta e com ela a fauna; desapareceram os cervos, os javalis, as toupeiras, os coelhos, as pacas e os tatus. O tapete vegetal, a flora e a fauna foram sacrificadas, nos altares da monocultura, à cana-de-açúcar. A produção extensiva esgotou rapidamente os solos. (p. 44)

Nos meados do século XVII, a crescente demanda pela força de trabalho escravo para a mineração no sudeste, criou espaço para um reordenamento no território canavieiro do Nordeste, a alta dependência do sistema canavieiro dessa força fez com que o sistema de moradia fosse intensificado. Assim, o engenho pós-período mineiro retoma a centralidade plantacionista, aliando-se a fazenda de gado sertão, a força animal usada nas moendas desses engenhos.

Logo, o fim do trabalho escravo, o esgotamento das terras e a concorrência no mercado internacional do açúcar fizeram com que os engenhos tivessem que se modernizar. Há nesse período a transferência dos

engenhos banguês para os engenhos centrais, dessa forma, havia uma tentativa de quebra entre propriedade da terra/canavial e da indústria, ou seja, a parte agrícola estaria sobre a responsabilidade dos senhores de engenho e fornecedores e as empresas detentoras dos engenhos centrais ou usinas ficariam responsáveis pela moagem e beneficiamento da cana-de-açúcar.

O período de 1870 a 1933 foi caracterizado, por Andrade (1988), como a fase de transição do engenho banguê para o engenho central (Usina). A criação do Instituto do Açúcar e do Alcool, em 1874, marcou o período em que vários engenhos começaram a ser absorvidos pelas Usinas.

O declínio do sistema banguê interferiu diretamente nas relações dentro do Engenho. A subordinação e a dinâmica da Usina, que por sua vez estava ligada ao mercado, culminaram em vários períodos de oscilação referentes ao preço do açúcar no mercado internacional. Esses problemas foram transferidos para os foreiros e moradores que se encontravam endividados e desprovidos de qualquer direito que lhes garantissem tanto a terra quanto o que produziam.

A miséria se instaurava no cotidiano das populações que viviam e dependiam dos engenhos, o que gerou vários conflitos na região da Zona da Mata, como veremos no tópico seguinte: na produção do contra espaço das ligas camponesas.

O processo de crise dos *bangueseiros* perdurou até meados do século XX, onde o número de engenhos foi reduzido pela metade no território de Vitória. Nesse momento toda produção de cana era vendida para Usinas ou para a produção de cachaça que abastecia o Engarrafamento Pitú S/A e o Serra Grande, ambas fundadas na primeira metade o século XX.

Esse período configurou-se, segundo Moreira (2011), como a sobrevivência plantacionista, sendo a introdução da Usina uma saída tecnoprodutiva para a crise plantacionista. Dessa forma,

a usina reafirma o sistema de agroindústria tradicional, ao tempo que reestrutura as relações técnicas de produção, de trabalho e de classes tanto da lavoura quanto da indústria em forma moderna, através da entrada de capital de origem urbana. É assim que os antigos senhores de engenho são transformados em fornecedores de cana, reforçando as fileiras dos antigos lavradores de partido, os trabalhadores escravos são substituídos por trabalhadores contratuais, os moradores são urbanizados e surge uma nova fração dominante. Com a usina vem a ferrovia. E com a ferrovia, a concentração ainda maior da propriedade da terra. É sobre essa base que a usina

toma o lugar do engenho na organização do espaço e leva o domínio da cana até o confim visual da zona da mata nordestina. Sobranceira a este arranjo, torna-se o centro de comando de um espaço canavieiro que se estende para além do sul e do norte de Pernambuco. (MOREIRA, p. 94, 2011)

Com a usina, vem à mudança das relações de trabalho e o aumento e o surgimento das cidades na região. Poucas foram às cidades que não tinham a usina como ponto estrutural e de modelo de ocupação e uso do solo, absolvendo a centralidade do engenho, porém com caráter fabril onde as relações patriarcais se substituíam por uma relação patrão-empregado.

Dessa maneira, a Zona da Mata reorganizava o território de exploração, um pouco mais urbanizado. Todavia, Vitória de Santo Antão ainda seguiu, por muito tempo, ligada a raiz dos engenhos e dos sítios que já não abasteciam Recife com seus produtos.

Ali onde mais opulenta é a opulência, mais miserável se forma, terra de contradições, a miséria; a região eleita pela natureza para produzir todos os alimentos, nega-os todos: a faixa costeira ainda conhecida, ironia do vocabulário, como zona da mata, em homenagem ao passado remoto e aos míseros vestígios da floresta sobrevivente aos séculos do açúcar. O latifúndio açucareiro, estrutura do desperdício, continua obrigado a trazer alimentos de outras zonas, sobretudo da região Centro-Sul do Brasil, a preços crescentes. O custo de vida no Recife é o mais alto do Brasil, muito acima do índice do Rio de Janeiro. O feijão custa mais caro no Nordeste do que em Ipanema. Meio quilo de farinha de mandioca equivale ao salário diário de um trabalhador adulto numa plantação de açúcar por sua jornada de sol a sol: se o operário protesta, o capataz manda buscar o carpinteiro para que tire as medidas do corpo, para saber o quanto de madeira será necessário para o caixão. Aos proprietários ou seus administradores continua em vigência, em vastas zonas, o “direito à primeira noite” de cada moça. A terça parte da população de Recife sobrevive marginalizada em palhoças de chão batido; num bairro, Casa Amarela, mais da metade das crianças que nascem morrem antes de chegar ao primeiro ano 10. A prostituição infantil, meninas de dez ou doze anos vendidas por seus pais, é frequente nas cidades do Nordeste. A jornada de trabalho em algumas plantações se paga a preços mais baixos do que a diária mais baixa da Índia. Um informe da FAO, Organização das Nações Unidas, assegurava em 1957 que na localidade de Vitória de Santo Antão, perto de Recife, a deficiência de proteínas “provoca nas crianças uma perda de peso 40% mais grave do que se observa geralmente na África”. Em numerosas plantações subsistem ainda as prisões privadas, “mas os responsáveis pelos assassinatos por subnutrição - diz René Dumont - não são presos nelas, porque são os que têm a

chave”. (GALEANO, p. 45, 1978)

Na citação acima, o autor expõe a realidade vivenciada no período pré-ligas camponesas, em meados da década 1950, marcado por muitas dificuldades da classe camponesa diante do domínio da cana e sua produção industrial. Grandes eram os abusos e as formas perversas da exploração do trabalho pela indústria açucareira e o seu impacto sobre o sistema agroalimentar em colapso por conta das transformações sociais advindas das implantações das usinas sobre o modelo de banguê, do fim do sistema de moradia e da proletarianização da força de trabalho.

Esse cenário se desenvolveu a partir do emprego da força de trabalho, que antes estava ligada diretamente a policultura dos sítios. Nesse período se encontravam espremidos e subordinados ao latifúndio, assim, o homem que vivia da sua relação direta com a terra para sua reprodução, foi obrigado a trabalhar nas usinas como cortador de cana. Era o trabalho assalariado se sobrepondo as antigas relações de trabalho patriarcais, mas não rompiam com a lógica perversa de exploração desses sujeitos.

Porém, as conquistas da classe camponesa, a partir da segunda metade do século XX, tanto pelas lutas, quanto pelo declínio dos banguês a divisão de suas terras como pagamentos das dívidas trabalhistas, reestruturou o protagonismo de produção agrícola do Município.

3.4 O contra espaço das Ligas Camponesas

Com a nova configuração territorial introduzida pela inserção da Indústria (Usina), houve alteração no que diz respeito às relações de trabalho no campo, já que antes os lavradores tinham a função de produzir para seu sustento e o da casa-grande, baseado num sistema de dependência da monocultura e policultura. A partir da introdução da lógica industrial, muitos engenhos não acompanharam essa dinâmica e como alternativa houve o aumento dos impostos pagos pelos arrendatários aos senhores de engenho. Esse aumento acentuou uma situação conflituosa no espaço agrário Vitoriense.

No ano de 1955, na Zona da Mata Sul de Pernambuco, mais especificamente no espaço agrário do município de Vitória de Santo Antão, no

Engenho Galileia, surge um movimento que iria mudar a história do campesinato no Brasil. Esse período era marcado pela forte pressão dos latifundiários produtores de cana-de-açúcar sobre esses territórios, e pelas modificações causadas pela nova configuração espacial ligado ao modelo industrial que se expandia para o campo. Através da transformação da base técnica dos Engenhos.

Outro fator importante para a compreensão dos momentos que antecedem a organização do contra espaço proporcionado pelas Ligas Camponesas, é a permanência das relações de trabalho e a superexploração dos trabalhadores da cana.

Segundo Medeiros (1989), nessa época aconteceu

profundas transformações nas relações de trabalho tradicionais, caracterizadas pela moradia e pelo aforamento de terras. O rompimento dessas relações, com a negação da concessão de terras para plantio próprio do trabalhador (sítio), ou por um aumento considerado abusivo do foro, criou condições para a emergência de conflitos da região. (p. 46)

Essas transformações, principalmente o aumento no valor do foro, que consistia num valor pago anualmente pelo agricultor para o proprietário, geraram um sentimento de insatisfação por parte dos camponeses do Engenho Galileia. Esses camponeses que através de décadas reproduziam seu modo de vida que é fruto dos conhecimentos acumulado durante gerações, esse modo de ser camponês era a base do binômio fazenda-lavoura. Os camponeses tinham a incumbência de proteger as terras de senhor de engenho e produzir alimentos para seu próprio consumo e principalmente para o abastecimento da casa grande, bem como prestação de pequenos serviços, era obrigação dos camponeses.

Essa relação de exploração cada vez mais acentuada fez com que os camponeses-foreiros se organizassem, criando a Sociedade Agrícola e Pecuária dos Plantadores de Pernambuco, logo denominada de Ligas Camponesas. Esse período é relatado por Andrade (1986), quando afirma que

o agravamento contínuo da crise, as dificuldades de vida cada dia maiores levaram os trabalhadores rurais a atitudes de revolta, de desespero, como ocorreu no já famoso Engenho Galiléia. Este engenho, como outros localizados em áreas marginais, distantes das usinas, foram ficando de “fogo morto”

na década de 1931-40, quando os preços do açúcar eram baixos e passaram os seus proprietários a “forar” suas terras a pessoas que cultivavam frutas e cereais destinados a abastecer o Recife e demais centros nordestinos. Passava então o proprietário a viver na cidade da renda de terra, sem trabalhar na propriedade e, às vezes, visitando-a esporadicamente. Um feitor, homem de sua confiança, cobrava os “foros” anuais, fiscalizava a prestação do “cambão” ou da “condição” e servia de intermediário entre o proprietário ausente e os que lavravam a terra.

O momento relatado no trecho acima mostra como a baixa no preço do açúcar favoreceu a reinvenção da base binomial que consistia na *fazenda* representada pelo latifúndio e a monocultura e a *lavoura* que era o locus da produção de base camponesa que abastecia o Engenho. Porém, a partir da nova configuração do mercado internacional, o binômio campo-cidade foi configurado a partir da necessidade de abastecimento das cidades pela produção camponesa que agora ocupava o território de forma mais intensa, através do arredamento das terras dos engenhos de “fogo-morto”.

O período posterior à guerra de 1939 a 1945, os altos preços do açúcar e a abertura de estradas provocaram a ampliação da capacidade das usinas que foram reequipadas e passaram a conquistar as terras até então “marginais”. Essa conquista seria feita à custa do desaparecimento dos antigos banguês – os senhores de engenho tornavam-se fornecedores de cana, e com sacrifício dos foreiros que eram expulsos dos seus sítios, afim de que os canaviais das usinas se expandissem brutalmente pelas terras em que lavravam.

Os foreiros, acossados pelos proprietários, recorriam à justiça, mas o processo judicial era demorado e eles dificilmente conseguiam pagar por muito tempo um advogado e, enquanto permaneciam no “sítio”, eram constantemente ameaçados por parte dos vigias e agregados do proprietário. Poucos resistiam até o fim. Foi esta situação difícil que levou os arrendatários do Engenho Galileia a organizar, sob a direção do próprio feitor – Zezé de Galileia, a sociedade beneficente com o título de “Sociedade Agrícola e Pecuária dos Plantadores de Pernambuco”.

A organização desta sociedade irritou o filho do senhor de engenho que procurou expulsar os moradores, vendo no espírito associativo nascente entre os camponeses um perigo para o seu patrimônio. Estes, liderados por Zezé de

Galileia e por Manuel Severino de Oliveira, recusaram-se a obedecê-lo, levando o proprietário a mover contra os mesmos, no fórum de Vitória de Santo Antão, uma ação de despejo. Procurando um advogado que os defendessem, os camponeses encontraram Francisco Julião, o único representante do Partido Socialista na Câmara Estadual, que resolveu então, defender de graça, uma vez que os camponeses não podiam pagar. Pego de surpresa, não tinha Julião, certamente, um plano para resolver o problema agrário, porém conhecia o meio rural, uma vez que era filho de senhor de engenho e irmão de agricultores de Bom Jardim – PE. À proporção que defendia os “galileus”, observou que casos idênticos surgiam em todo o estado assim que saía da alçada de juízes e advogados e atingia a dos legisladores.

Por isso, utilizando o seu mandato, passou a combater na Câmara e na imprensa a “cambão” e o “foro”. Tentou despertar a grande massa camponesa para a luta, para a tomada de consciência de sua força e de suas necessidades, evitando que as tentativas de solução do problema agrário fossem elaboradas na cúpula, por intelectuais e políticos que quase sempre desconhecem a realidade camponesa.

O próprio Francisco Julião, em seu livro *Cambão: A ligas camponesas*, ressalta a importância das ligas além de um resgate da história de exploração do homem e da terra em prol da lucratividade do latifúndio. Entendendo que A Liga Camponesa

... não é mais que expressão de todo esse passado com a vantagem, porém, de haver surgido em um momento histórico mais propício para o seu desenvolvimento. Ela nasce, ou melhor, renasce das cinzas apagadas de mil e uma fogueiras. O material de que se compõe é o mesmo: o camponês sem terra. O inimigo que busca derrotar é também o mesmo: o latifúndio. A diferença entre a Liga e o Quilombo é que este forma um quisto, uma poça d'água, ao passo que a Liga é um movimento, um rio que se desloca. (...) a Liga tem um programa claro e definido que é o de dar consciência política às massas camponesas, unificando-as para tomar parte ativa na luta pela reforma agrária radical, e, conseqüentemente, a libertação econômica do País. (p. 135, 1975)

No final da década de 1950, após forte pressão dos camponeses, foi sancionada a desapropriação das terras do engenho Galileia. As Ligas, suas ideias e seus ideais foram aos poucos sendo disseminados pelo Nordeste e no Brasil, criando assim um sindicalismo rural forte na região com a adesão, a princípio, de 26 municípios do Estado.

Os camponeses, apesar de todas as dificuldades, se organizavam

fortemente e era evidente a emergência de uma reforma agrária. Somente entre 1955 e 1961 foram realizados 21 encontros de trabalhadores de base estadual (dois dele tinha caráter nacional, como a conferência da Ultab e Congresso Camponês de Belo Horizonte).

Apesar dos avanços, a realidade de Galileia após o golpe militar de 1964 foi outra: a perseguição de pessoas e o clima de terror causou um estado de exclusão, muitos agricultores migraram e outros voltaram a vender sua força de trabalho para a produção na cana-de-açúcar.

Em Vitória de Santo Antão, logo que deflagrado o golpe, as tropas militares invadiram as terras do engenho Galileia, além de ocupar parte da cidade. Em Galileia ocorreram prisões e perseguições, e na cidade a professora Maria Celeste, por exemplo, foi presa e torturada ao tentar avisar aos camponeses da presença do Exército no município através de uma rádio local.

3.5 A geografia da apropriação territorial capitalista e seu movimento contraditório no Espaço Vitorienense

Foi a partir do movimento das Ligas que os camponeses passaram a se organizar em rede e a se territorializar no âmbito das organizações como Associações, Sindicatos e Federações. Isso intensificou o poder de reivindicação e de luta desses camponeses, bem como certa segurança diante da realidade conflitiva, das expulsões e de todas as formas de violência que se podia praticar pela classe dominadora, apoiada pelas forças de repressão do estado.

O Brasil vivera de 1964 a 1985, um período de Ditadura Militar que intensificou a violência contra as ações dos movimentos de luta pela terra. A realidade de perseguições e assassinatos no campo correspondeu também ao avanço de políticas de desenvolvimento do governo militar por diversas regiões do Brasil. A questão agrária brasileira sempre foi latente, porém nunca solucionada. Com a abertura política e o direito a manifestação, ocorreu a retomada social da luta por Reforma Agrária. Foi diante dessa conjuntura que a luta por Reforma Agrária ganhou destaque nacional, através do MST – Movimento dos Trabalhadores Sem-terra.

Apesar dos avanços e das conquistas dos movimentos, principalmente nas décadas de 1980 e 1990, onde diversos agricultores foram assentados no Brasil e Pernambuco. Vitória, conforme Machado (2013), discutiu sobre os assentamentos Açude Grande, Caçiré e Casimbas, e considerou que a conquista da terra não significou, necessariamente, uma mudança na ordem política e econômica, pois muitos assentados plantavam cana em seu lote e vendiam sua produção para as Usinas da Região.

Cunha (2011) constatou a presença de uma agricultura orgânica que abastece parte das feiras Agroecológicas da Cidade de Recife, em assentamentos de Reforma Agrária na localidade de Mocotó, no município de Vitória. Essas realidades tecem a teia do ambiente agrário, contrastante do município, em referência as mudanças proporcionadas pela luta. O camponês vitoriense transita, ora no âmbito ligado a raiz de uma agricultura tradicional muito presente numa realidade pré-colonial, ora inserido nos padrões da revolução verde que introduziu o pacote tecnológico, como é o caso do distrito de Natuba que produz hortaliças com alto uso de agrotóxico, ora serve como fornecedor de cana para o setor sucroalcooleiro, dando continuidade às relações de servidão ao Usineiro.



Imagem 2 - Produção orgânica na localidade de Mocotó, Vitória de Santo Antão, Luann Ribeiro, 2011.

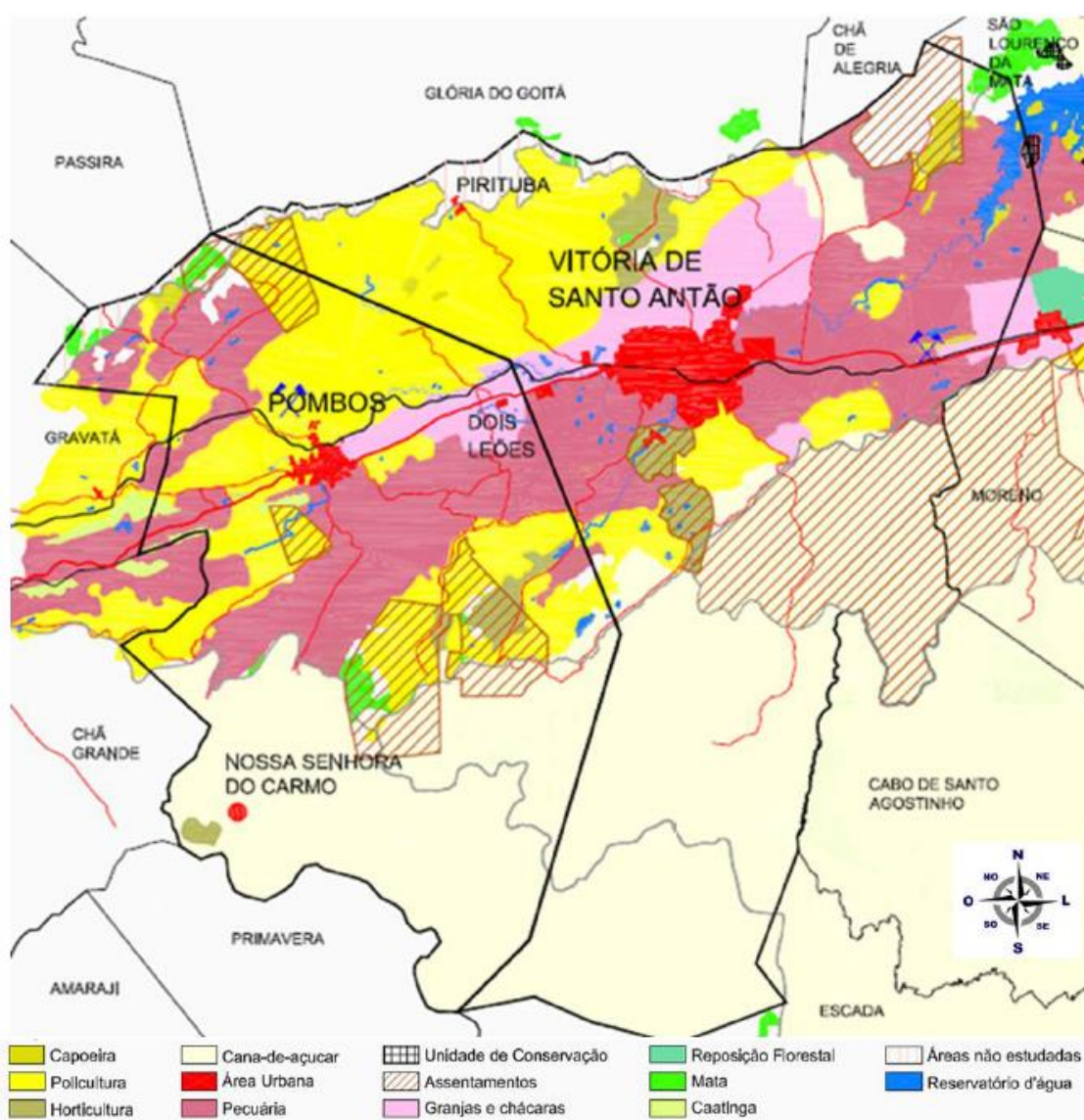
O espaço vitoriense se configurou, através do tempo, por uma raiz binomial entre a policultura camponesa e a monocultura do latifúndio da cana.

Essa lógica vem agregando novos elementos dessa realidade espacial e as instalações de empresas, de vários setores, constituem o Polo industrial de Vitória, tema que abordaremos mais adiante.

Essa realidade não condiz com o **Mapa 2**, pois além de ser anterior as instalações, generaliza os ambientes, o que dificulta a análise.

Porém, podemos observar a construção geográfica e histórica desse território, nitidamente dividido ao sul, com a forte presença da cana; ao Norte com a policultura e horticultura; na porção central, próximo à área urbana, que além das granjas e chácaras tem a pecuária.

Mapa 2 - Uso e Ocupação do Solo dos Municípios de Vitória e Pombos



Fonte: BRASIL, Plano Diretor do Município de Vitória de Santo Antão, 2002.

Conforme vem tratando os movimentos de transformação no espaço agrário vitoriense, seguiremos uma ordem cronológica aprofundando as reflexões sobre o processo de territorialização do capital no espaço e como esse processo se configura e ganha forma industrial moderna, a partir da instalação de empresas no município de Vitória de Santo Antão, levando em consideração toda a dinâmica de atração, doação de terras e instalação das empresas.

Em relação ao império alimentar, vemos que essa lógica de integração dentre a produção e a comercialização já vem influenciando esse setor. Recentemente foi inaugurado o mercado Hiper Todo Dia, franquia administrada pelo grupo *Walmart*. O que interfere na vida cotidiana da cidade, que passa a direcionar o consumo para os grandes conglomerados que tem relação direta com a produção industrial, principalmente da BRF e da *Mondelez*, que estão instaladas no município e dominam os supermercados. A união com o grupo *Walmart* demonstra a organização do setor alimentício moderno da cidade.

É necessário frisar que a estrutura para esse empreendimento foi viabilizada em poucos meses, também com o apoio do poder público foram modificadas as vias de acesso ao supermercado, bem como a pintura das vias e instalação de semáforos. O mais interessante é que durante décadas as pessoas se arriscavam ao atravessar essa mesma que via, onde não havia nem sinalização nem faixa de pedestre, não havia compromisso ou interesse da prefeitura no bem-estar e segurança dessas pessoas. Porém, quando uma simples travessia representa lucro para determinado empreendimento toda a estrutura é adequada.



Imagem 5 – Unidade do Hiper Todo Dia/Walmart, Vitória de Santo Antão, Luann Ribeiro, 2015.

A partir da imagem, constatamos que a articulação entre capital e estado atende diretamente as vontades do empresariado, seja facilitando o acesso da população, como uma representatividade material, seja como no âmbito da alienação, na ideia de progresso contido no *marketing* público.

A imbricação público-privada vem ganhando nossa atenção, através das ações do governo. Pois, ao mesmo tempo em que são instalados novos centros de compra como o Shopping e Hipermercados, o centro da cidade, que é resquício de uma Vitória que se dinamizava diante da feira, vem sendo cada vez mais degradado. Recentemente, através da instalação de um sistema de Zona Azul, houve um cerceamento do acesso ao centro do município, isso principalmente, em relação aos consumidores que dispõem de automóveis.

O deterioramento das vias, a informalidade não organizada, fruto das crises da cana-de-açúcar, a falta de uma limpeza pública e os prédios históricos em ruínas são realidades que fazem parte do centro comercial da Vitória. Fazendo com que presenciemos um processo de recente verticalização e de transformação.

Porém, ainda é presente, aos sábados, à tradicional feira do município. Onde são comercializados alimentos que, historicamente, agregam os processos de mobilização e reprodução, tanto da agricultura convencional

como dos produtos da agricultura camponesa. Essa tradição ainda resiste nos centros híbridos de temperatura e iluminação controladas, com horários de atendimento estendidos até a meia-noite em alguns dias. Quais são os limites do avanço da lógica urbana do capital no espaço vitorienense? Essa pergunta vem constantemente nos perturbar e nos questionar quanto o aceleração do tempo e de produção espacial vem rompendo as escalas dos processos em detrimento ao acúmulo de capital de poucos.

Essa lógica interfere diretamente em novas áreas de moradia dentro da cidade. Há dois movimentos ou duas formas principais de ocupação dessa ordem. O primeiro está diretamente ligado às empresas e ao polo industrial do município, a acelerada construção de condomínio fechados direcionado para o público de alto poder aquisitivo (classes alta e média alta). Esses condomínios detêm de uma grande mobilização de marketing e propaganda que carrega um discurso de bem-estar direcionado, tanto para uma “vida no campo” como a praticidade de habitar uma nova área com indústrias e centro de comercialização e fácil acesso a BR-232. Esse modelo é o que vemos no entorno dessas empresas, o mesmo é dominado por grandes construtoras que oferecem financiamento e a garantia de ambientes confortáveis e luxuosos tendo como público alvo, comerciantes e políticos locais, bem como a classe média alta recifense.

O segundo modelo é o de conjuntos habitacionais subsidiados pelo Governo Federal, no caso pelo Programa Minha Casa, Minha Vida. Esse programa vem atender a demanda, principalmente dos trabalhadores das empresas, classe que ascende economicamente com o processo de produção, porém com o ônus da exploração. O sonho da casa própria faz perdurar a exploração da força de trabalho. Logicamente, esse movimento não dispõe de tanto conforto dos condomínios fechados, isto é, são vários blocos com outro tanto de apartamentos pequenos.



Imagem 6 – Placa de identificação do Residencial Águas Claras, Vitória de Santo Antão. Luann Ribeiro, 2015.

Essa realidade está modificando a área periférica de alguns bairros da cidade, já que se é transformada, abrindo frentes para a especulação imobiliária e aquecimento do mercado de terras. Em relação aos moradores que ocupam essas áreas onde esses empreendimentos imobiliários estão se instalando, percebemos uma pressão que afastam cada vez mais de uma moradia digna, pois o entorno desses conjuntos habitacionais se encontram tomados por uma nova dinâmica que expulsa os indivíduos de baixa poder aquisitivo, deixando gradativamente vulneráveis a esse processo.



Imagem 7 – Obra em andamento do Residencial Águas Claras (Minha Casa, Minha Vida), Vitória de

Essas realidades distintas reforçam, em uma escala ampliada, a forma da casa grande e a senzala, reproduzida a partir da segregação territorial, onde determinadas classes sociais ocupam, de maneiras distintas e/ou de acordo com o processo de acumulação de capital, pois são as construtoras que detêm o lucro de ambas as realidades, uma vez que essas se ligam através da divisão territorial do trabalho refletida sobre o modelo de moradia.

Em seguida, analisaremos qual o impacto dessa dinâmica sobre a vida dos trabalhadores das fábricas, especificamente a multinacional de alimentos BRF – Brasil Foods S.A., e como essa empresa vem modificando o território da cidade.

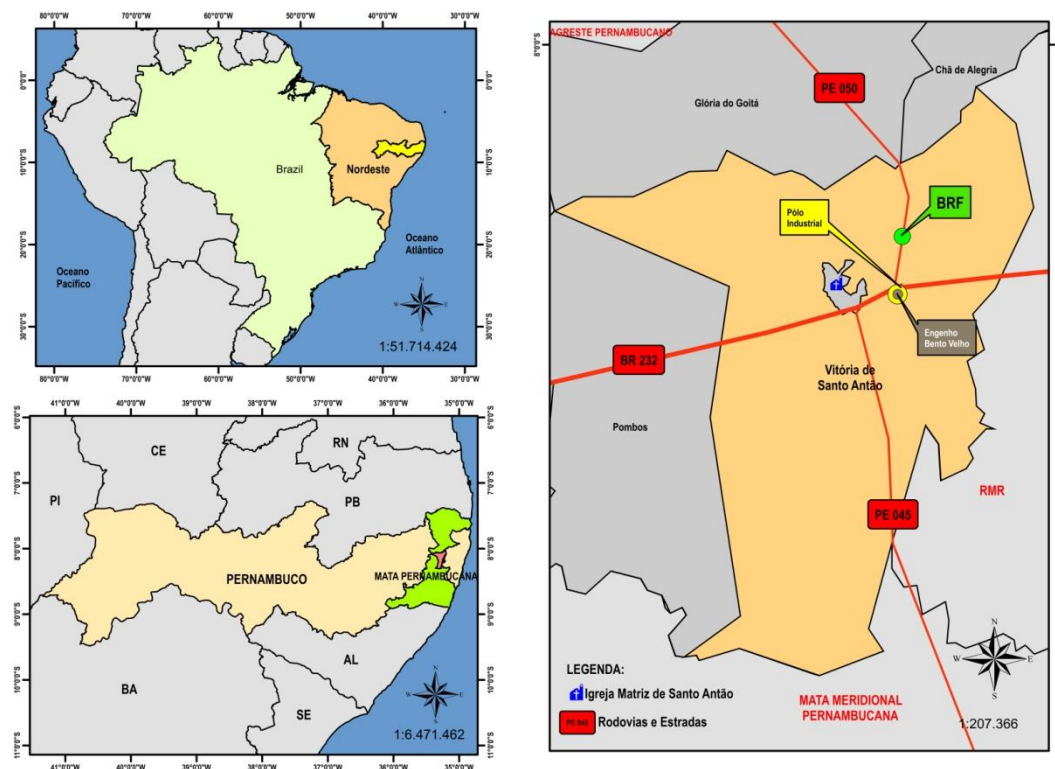
Capítulo III

4. Transformações no território de Vitória de Santo Antão a partir da Instalação da BRF – Brasil Foods e do Polo industrial do Município

4.1 O Império multinacional e sua expressão na dinâmica espacial do Município

Através da instalação de empresa de grande porte como Sadia, hoje na BRF- Brasil Foods S.A, existe um movimento de articulação dos agentes de produção do espaço para que a lógica de acúmulo se amplie diante da atração de empresas de porte médio, esses empreendimentos servem tanto de apoio tecnológico para as grandes empresas, como reforço da ordem territorial do capital na cidade e no estado. As empresas fornecedoras de equipamentos e estrutura como metal–mecânica, construção civil, embalagens entre diversos setores, estão se instalando em parte na antiga zona rural de Vitória de Santo Antão. Reformulação essa propiciada pela criação do Polo industrial da Cidade.

Mapa 3 – Localização da Brasil Foods (BRF) e do Polo Industrial de Vitória de Santo Antão, Pernambuco.



O mapa acima traz a localização do Polo industrial da Cidade e também da BRF, bem como uma pequena regionalização do município. Dessa maneira, observamos as relações mantidas entre esse conglomerado de empresas e as vias de interligação com a capital e os principais centros de comercialização do Nordeste. A BR-232 é caminho para escoamento das mercadorias para o interior do Estado e parte da região Nordeste e Norte do país, como também é a via de chegada de matéria-prima por terra no caso da BRF.

A PE-50 é rota de transporte das mercadorias para a Zona da Mata Norte e os estados da Paraíba e Rio Grande do Norte. Já a PE-48, é rota de transporte de mercadorias para a Zona da Mata Sul, além ligar a produção industrial com o Porto de Suape onde há distribuição das mercadorias para outras regiões do Brasil.

Em relação à configuração do espaço do município, podemos refletir sobre a localização das empresas em virtude da área central do município representada no mapa pela Igreja Matriz de Santo Antão. O espaço do entorno

das fábricas constitui uma nova gente de expansão da lógica urbana e da cidade em si. Nos empreendimentos, usam dessa localização como atrativo mobilizando, principalmente, o setor imobiliário de serviços e comercial.

As empresas que fazem parte do Polo Industrial localizado as margens da BR- 232 recebem incentivos fiscais para se instalar no município, além de receber terras públicas para que sejam montadas suas estruturas e equipamentos. O processo de doação de terras é realizado em conjunto com os empresários e a secretaria de Desenvolvimento Industrial de Vitória de Santo Antão, além da Câmara de Vereadores que é responsável por sancionar leis municipais oficializando a doação. Foi observado um grande aumento das áreas doadas, a maioria delas situadas do antigo Engenho Bento Velho. Como podemos observar nas imagens há um avanço no modelo fabril sobre uma paisagem que antes simbolizava atividades agrícolas.



Imagem 8 - Instalação da Empresa MC Bauchemie, Engenho Bento Velho, Luann Ribeiro 2014.

Essas instalações são de Empresas de médio porte e ocorrem através de atrativos fiscais combinados a doações de terras. Deixando claro aqui que essa localização das Empresas não tem uma simetria definida, pois elas se estendem pelas duas margens da BR-232. No quadro seguinte, veremos algumas dessas empresas e o valor dos investimentos, segmento e número de empregos diretos. Esses dados foram levantados por Silva (2011),

Empresa	Setor/Segmento	Investimentos (R\$)	Empregos
Metal Módulos do Nordeste	Construção Civil	R\$ 23 milhões	200 diretos
MC- Bauchemie Brasil	Construção Civil	R\$ 10 milhões	150 diretos
Metal frio Solutions S.A	Refrigeração	R\$ 50 milhões	306 diretos
	Comercial		
Elcoma	Informática	R\$ 11,5 milhões	200 diretos
Mavalério	Alimentício	R\$ 10 milhões	70 diretos
Carbo Gás	Gás Carbônico	R\$ 8 milhões	25 diretos
Converplast Embalagens do Nordeste LTDA	Embalagens	R\$ 12,5 milhões	37 diretos
Ventisol NE Indústria e Comércio de Exaustores	Ventiladores	R\$ 2 milhões	100 diretos
Arxo energia em evolução	Energia	—	180 diretos

Fonte: Silva, 2011.

A autora trata de forma pioneira as instalações das empresas no município. No quadro acima, expõe a dimensão econômica dos empreendimentos, além da diversidade dos segmentos que cada uma representa, bem como a demanda por força de trabalho dessas empresas. Lembramos que esse estudo traz uma perspectiva a partir da administração e gestão, tanto da ordem pública (Estado), quanto da ordem privada (empresas). Diante desses dados resolvemos analisar como vem sendo conduzida a política municipal de doação de terras para as empresas.

Ao analisarmos cerca de trinta e nove leis de doações de terra no município, que estão disponíveis através do portal da Câmara de Vereadores de Vitória de Santo Antão - Casa Diogo de Braga, e que são datadas do período de 2011 a 2013, observamos que a grande maioria das terras doadas às empresas está na localidade do Engenho Bento Velho e Fazenda Cristina, ambos situados à margem da BR-232.

A área total das doações corresponde ao valor aproximado de 383,73 hectares, somando as doações para empresas e para a Agência municipal de Desenvolvimento Econômico da Vitória de Santo Antão. É importante frisar que

essa análise foi realizada a partir das leis efetivamente disponibilizadas pelo portal, pois existe outro montante que está sendo requerida a Câmara, visto que só constam pequenas descrições sobre elas, porém, não podem ser acessadas em arquivo.

A partir da análise das leis disponíveis, elaboramos uma tabela referente à instalação das empresas no município, destacando o nome da empresa, a área doada, atividade econômica, ano da doação e CNPJ da mesma.

EMPRESA	ÁREA TOTAL (em hectares)	ATIVIDADE ECONÔMICA	ANO DA DOAÇÃO	CNPJ
Vitória Indústria de Piscina LTDA.	1,5	Fabricação de Artefatos de Material Plástico	2011	11.812.754/0001-62
Laboratório Anemiotonico LTDA.	1,4	Fabricação de medicamentos alopáticos para uso humano	2011	10.777.860/0001-90
Top Mix Indústria e Comércio de Esquadrias LTDA	3,09	Fabricação de Esquadrias de Metal	2011	07.659.093/0001-00
Arte Brinde	0,59	Confecção de Peças de Vestuário, Impressão de Material, Estamparia e Texturização em fios, tecidos, artefatos.	2011	02.741.662/0001-48
Touro Auto Peças	0,6	Comércio a Varejo de Peças e Acessórios para Veículos Automotores	2011	12.790.614/0001-01
Comercial Nordeste	0,8	Comércio Atacadista de Bebidas	2011	05.877.883/0001-36
Ali Supermercado	0,53	Comércio Varejista de produtos alimentícios, padaria e lanchonete.	2011	11.440.074/0001-65

Celelu Confeções LTDA	0,27	Fabricações de Artefatos têxteis para uso domésticos	2011	05.638.574/0001-03
Yanghsu Construções e Incorporações LTDA	50	Construções de Edifícios civis, Incorporação de Empreendimentos Imobiliários e compra e venda de imóveis	2011	07.204.627/0001-03
Coliseum Multiservice LTDA	12	Depósito de Mercadorias para terceiros	2011	02.852.175/0001-52
Trevo Renovação de Pneus LTDA	0,5	Comércio por Atacado de Pneumáticos e Câmara de Ar	2011	70.184.809/0001-04
H2O Engenharia Química e Serviços Ambientais LTDA	0,75	Serviços de Engenharia	2011	10.140.462/0001-68
Maxtil Indústria e comércio LTDA	2,3	Produção de Artefatos Estampados de Metal	2011	07.265.878/0001-06
Renato Jorge Barros de Andrade – ME	1,3	Comércio varejista de madeiras e artefatos	2011	05.962.480/0001-95
R.B. Corretora de Veículos LTDA	0,79	Comércio varejista de automóveis, camionetas e utilitários usados	2011	90.075.834/0001-30
Executive Comércio de Correias Transportadoras LTDA	0,34	Comércio varejista de ferragens e ferramentas	2011	07.977.946.0001-51
VILENE- Indústria de Confeções LTDA	0,66	Confecção de Peças de Vestuário	2011	24.276.354/0001-21
I.F. Dourados Salgados	1,45	Serviços de alimentação para eventos	2011	40.865.065/0001-14

Multicaixa Indústria e Comércio de Embalagens LTDA	2,0	Fabricação de produtos de papel, cartolina, papel cartão e papelão	2012	05.654.059/0001-17
Demix Distribuição de descartáveis LTDA.	2,87	Fabricação e distribuição de descartáveis	2012	08.788.222/0001-22
Quimicraft Nordeste Indústria Química LTDA	35,98	Fabricação de Tintas, Vernizes, esmaltes e lacas	2013	18.483. 897/0001-17
FORTE Construtora e Imobiliária	0,2	Construção e venda de imóveis	2013	10.891.782/0001-50
VM Comércio de Hortifrutigranjeiros LTDA.	0,7	Comércio varejista de Hortifrutigranjeiros	2013	14.405.074/0001-12
NOSSA Indústria de plástico LTDA	3,0	Fabricação de artefatos de material plástico para usos industriais	2013	09.120.589/0001-36
Agência municipal de Desenvolvimento Econômico da Vitória de Santo Antão	224,37	Implantação de Empreendimentos econômicos	2013	18.367.055/0001-08
Instituto Brasileiro Socioeconômico de Biodiversidade e Tecnológico do Nordeste-BIONORDESTE	0,07	Ensino Médio e Superior, graduação e pós-graduação.	2013	09.165.350/0001-82
J. Alves da Silva Madereira & cia LTDA.	0,7	Fabricação de Esquadrias de madeiras e de peças de madeiras para Instalações Industriais e Comerciais	2013	08.112.131/0001-72

Ambiente MS Nordeste Equipamentos e Sistemas LTDA	5,12	Manutenção e reparação de máquinas motrizes não elétricas	2013	18.619.172/0001-03
Mineração Astral	0,65	Extração e britamento de pedras e outros materiais	2013	08.112.1315.168.018 1/0001-74
TRUC comércio de Embalagens LTDA	1,0	Fabricação de Embalagens de Material de Plástico.	2013	18.367.055/0001-08
Watecut Indústria e Comércio de peças especiais	10,17	Fabricação de peças e acessórios	2013	18.452.132/0001-10
Touro Autopeças LTDA	6,1	Comércio varejista de peças e acessórios novos para veículos automotivos	2013	12.790.614/0001-01
Reciprint Indústria Gráfica LTDA	10,6	Fabricação de embalagens de papel	2013	13.857.727/0001-97
Nacional Construções e Incorporações LTDA.	1,33	Construções de Edifícios	2013	08.002.487/0001-53
Total de Área doadas	383,73			

Tabela referente a doações de terras no município de Vitória de Santo Antão - Desenvolvida a partir das leis disponíveis no Portal da Câmara de Vereadores <<http://camaradavitoria.pe.gov.br/app/visalegis/?t=1>>. Organização, Luann Ribeiro, 2015.

Com base na análise dessa tabela e do quadro anterior elaborado por Silva (2011), podemos vislumbrar uma grande diversificação em relação aos segmentos das empresas beneficiadas, assim como o nível de abrangência dessas empresas sendo maioria de porte regional. Acreditamos que as empresas menores servem de apoio para as empresas maiores, principalmente nos setores têxtil, de construção civil, metal-mecânica.

A indústria têxtil fornece os fardamentos para os funcionários das

empresas maiores e a construção civil disponibiliza as bases estruturais para instalações das empresas. Junto às construtoras, são responsáveis, de influir numa forte especulação imobiliária nesses últimos anos em Vitória; já a metal-mecânica está diretamente ligada a assistência técnica para o maquinário das empresas como para o setor de transporte.

A imagem 9 mostra como essas duas formas de apropriação capitalista do território acontece nas terras do Engenho Bento Velho. Mas não representa uma expressão em relação à função, pois o mesmo não realiza mais suas atividades como o plantio, a colheita e a venda da cana.

Por um lado, visualizamos a antiga Igreja, a Casa Grande e as edificações usadas para abrigos dos animais. Por outro, quando observamos a forma das empresas com galpões e máquinas, vemos nitidamente como essas realidades estão expressas materialmente no espaço, como dois pontos distintos no tempo, mas que atualiza a lógica de exploração da terra e do homem.



Imagem 9 – Antigo Engenho Bento Velho, Luann Ribeiro, 2014.

O processo de doação de terras favorece não somente as empresas, mas cria uma grande especulação imobiliária relativa à expansão da ordem urbana nessas áreas. No entanto, ao analisar a Lei nº 3.523, de 31 de março de 2011, que trata da doação de uma área de aproximadamente 5 mil metros quadrados para a instalação da empresa Trevo Renovação de Pneus LTDA, observamos que na descrição da delimitação da área doada que as terras vizinhas são de propriedade do prefeito da cidade, como podemos observar nesse trecho

Art. 1º - Fica doado à Empresa TREVO RENOVAÇÃO DE PNEUS LTDA ME. Inscrita no CNPJ nº 70.184.809/0001-04, o imóvel de propriedade deste Município, situado em área remanescente da Fazenda Cristina. Medindo e Confrontando-se: ao NORTE: do ponto 01 ao 02 com distancia de 57,77 metros, limitando-se com a BR-232; ao SUL: do ponto 03 ao 04 com a distancia de 100,83 metros, limitando-se com área remanescente da Fazenda Cristiana; ao LESTE: do ponto 03 ao 02 com distancia de 74,19 metros, limitando-se com área remanescente da Fazenda Cristina; e ao OESTE do ponto 01 ao 04 com distancia de 60,35 metros, limitando-se com terras de propriedade de **Elias Alves de Lira**. Totalizando uma área de 5.033,64 m2. (Lei nº 3.523, de 31 de março de 2011, [grifo nosso]).

Em visita de campo, no mês de julho de 2014, constatamos que essa área vem se transformando e sendo tomada por condomínios fechados de casas de luxo, com o “privilégio” de estar bem próximo ao Vitória Park Shopping, instalado no ano de 2014 na cidade.

Dessa forma, podemos refletir como a elite política local se apoia no discurso do desenvolvimento presente nas políticas de atração das empresas, na promoção do crescimento econômico, no *marketing* de atrelamento de uma mudança de realidade a partir do desenvolvimento e do impacto no emprego e da renda, para se reproduzir quanto classe.

Exercendo seu poder de decisão em favor da localização das empresas, a mesma pode usufruir do processo de acumulação de capital a geração, isso somada às relações sociais construídas com as realidades paternalistas do Engenho, derivam nos meios para a reprodução da classe mais abastada da cidade de Vitória de Santo Antão. Isso ficará mais evidente quando formos tratar do processo de atração realizado pela Secretária de Desenvolvimento Industrial do Município.

Outras leis dispõem de ações, tanto referente à organização desse

território industrial, quanto da sua gestão pelo poder público municipal, como é o caso da Lei nº 3.757, de 20 de dezembro de 2012, que cria a Agência Municipal de Desenvolvimento Econômico do Município da Vitória de Santo Antão – Pernambuco, tendo por objetivos,

- I - a identificação e proposições de soluções aos problemas de infraestrutura que estejam de alguma forma, dificultando o desenvolvimento das atividades econômicas das cadeias produtivas;
- II - a articulação entre os entes públicos e privados, nacionais ou estrangeiros, para a promoção de oportunidades de negócios e de geração de emprego e renda, fomentando convênios e parcerias público-privadas. Esta última regulamentada por lei específica;
- III - o auxílio no atendimento ao investidor no desenvolvimento do ambiente de negócios e na prospecção de oportunidades, no Brasil e no exterior;
- IV - a atração de novos investimentos, nacionais ou estrangeiros, bem como a promoção e o estímulo à expansão de empresas instaladas no município;
- V - o acompanhamento e o desenvolvimento da atividade empresarial, após a instalação da empresa;
- VI - a disponibilização dos agentes econômicos de informações técnicas, científicas e estratégicas que contribuam para o desenvolvimento do Município;
- VII - a promoção da imagem do Município como destinatário de investimentos, mediante campanhas e ações;
- VIII - o estabelecimento e a manutenção de intercâmbios com organismos similares, agentes financiadores e de fomento, bem como outros organismos nacionais e internacionais, que buscam os mesmos objetivos da ADMVISA;
- IX - a sugestão de ações governamentais que visem ao desenvolvimento econômico;
- X - propor ao Chefe do Poder Executivo Municipal a desapropriação de imóveis a seu favor, para a consecução dos seus objetivos;
- XI - gerir mecanismos de natureza física, financeira e institucional que lhe forem atribuídas;
- XII - a articulação com instituições de financiamento de apoio a programas de desenvolvimento;
- XIII - a centralização e a elaboração de estudos técnicos estatísticos ligados à atividade econômica, podendo utilizar como parâmetro outros trabalhos desenvolvidos em outros Municípios, Estados, Distrito Federal ou a União;
- XIV - a realização e a coordenação do Fórum Permanente de Competitividade da Vitória de Santo Antão;
- XV- o gerenciamento do Programa de Incentivos para o Desenvolvimento Econômico e Social da Vitória de Santo Antão – PRODEVISA;
- XVI - administrar os fundos de desenvolvimento e fundos de aval para consecução dos objetivos da Agência, criados por meio de Lei Complementar específica, observadas as

disposições contidas no art. 163, inc. III, da CF/88, bem como a Lei Complementar 0101/2000.
(Lei nº 3.757, de 12 de dezembro de 2012, Câmara de Vereadores de Vitória de Santo Antão)

É importante analisar como o Estado se articula para um processo de total abertura de investimentos externos, dando total poder sobre a gestão e organização do território industrial sem qualquer tipo de questionamento. A ADMVISA é uma autarquia dotada de personalidade de direito público e de autonomia administrativa e financeira de patrimônio próprio, e está vinculada à Secretaria Municipal de Planejamento e Orçamento. Vemos a criação dessa Agência como uma estratégia da administração pública para a privatização do território do município, bem como sua expansão, com a Lei nº 3.802, de 17 de julho de 2013, fica claro o processo de transferência de poder para tal agência, uma vez que é através dessa lei que ocorre a maior doação de terras do período recente no município, como veremos no trecho abaixo

Art. 1º - O Poder Executivo Municipal fica autorizado a doar, com encargo, à Agência Municipal de Desenvolvimento Econômico da Vitória de Santo Antão - Pernambuco, CNPJ nº. 18.367.055/0001-08, as áreas de terras remanescentes do Engenho Bento Velho e da Fazenda Cristina, de propriedade deste Município, sem ou com benfeitorias porventura existentes. Totalizando uma área de 224,37 hectares.

Art. 2º - A doação de que trata esta Lei fica condicionada à implantação de empreendimentos econômicos neste Município, integrando-se à cadeia produtiva criada a partir da implantação do já denominado “Parque Industrial José Augusto Ferrer de Moraes” (Lei nº 3.802, de 17 de julho de 2013)

Na imagem abaixo podemos observar a placa que denomina o distrito industrial José Augusto Ferrer de Moraes, ainda no ano de 2010, promovendo-o como uma “conquista”.



Imagem 10 - Placa do Distrito Industrial José Augusto Ferrer de Moraes, Luann Ribeiro, 2010.

Na busca por respostas para a melhor compreensão sobre os processos decorrentes do que denominamos de territorialização do capital, através da produção espacial no município de Vitória, entendendo essa produção como sendo inerente a expansão espacial da ordem capitalista de produção.

Buscaremos compreender agora o processo de atração das empresas para o município. Para tanto, realizamos entrevistas com representantes do Estado, através da secretaria de Desenvolvimento Industrial do Município, na pessoa do secretário Alexandre Ferrer de Moraes e do senhor Aymar Maciel Soriano de Oliveira, diretor de Atração de Investimentos da AD DIPER – Agência de Desenvolvimento Econômico do Estado de Pernambuco.

Quando indagado “Como é que essas indústrias começaram a se instalar em Vitória”? Isto é, como é processo de atração dessas indústrias? Alexandre Ferrer, nos respondeu que

O processo se inicia com o Governo do Estado que capta essas indústrias para o Estado e a partir daí, a gente entra em ação pra mostrar o potencial da cidade, ou seja, a infraestrutura que a cidade possui, a gente tenta entrar em contato com essas indústrias tem reunião com eles. Mostrar, por exemplo, que vitória é privilegiada pela localização. Geograficamente Vitória é bem localizada, perto de Suape e o

entorno dela também. A proximidade com Salvador, 800 quilômetros de Fortaleza, tem a saída para o Norte pela BR-232. Há anos que Vitória já tinha acesso ao gasoduto, bem como a fibra ótica sendo uma das poucas cidades do Estado que tinha, isso por conta da Pitú como da CIV que trouxeram esses equipamentos para a cidade. Anteciparam-se, por vários anos o gasoduto só vinha até Vitória, depois foi que o governo esticou até Caruaru. Através disso, Vitória levou muita vantagem. (Entrevista realizada no dia 25 de março de 2014 com Alexandre Ferrer.)

Mantemos a mesma pergunta para Aymar Soriano, e ele respondeu que

normalmente, formamos uma equipe, às vezes eu vou. A gente sai para outros estados e vai fazer... e faz uma palestra lá, mostra os incentivos, tudo direitinho e desperta a atenção deles e eles vem pra cá. (Entrevista realizada em 10 de abril de 2014 com Aymar Soriano)

Através dessas exposições, podemos observar como funciona a atração dessas empresas, onde o estado realiza uma oferta de vantagens para o capital privado se instalar nessas áreas, que no caso de Vitória tem uma forte ligação com a localização, além de um atrativo fiscal maior que em outras regiões do Estado.

As perguntas seguintes dizem respeito à operação dessa política de desenvolvimento, no caso o PRODEPE, e como ela vem propiciando a expansão dessas indústrias em outras áreas de Pernambuco e em Vitória de Santo Antão.

Isso também foi importante, porque Vitória tem um diferencial quanto aos municípios do grande Recife, porque até o grande recife o abatimento do ICMS é de 75% e a partir de Vitória passa a ser 85% isso é um diferencial bem significativo que as indústrias também procuram. E dentro de trazer essas indústrias de porte maior a gente tem que tá ligado ao governo do Estado, mas a gente dentro da secretária desenvolveu uma política para captar as indústrias menores e assim conseguimos trazer várias empresas: a Anjo Tintas, Ventisol ventiladores, a Isoeste que foi que prefeitura que captou. (Entrevista realizada no dia 25 de março de 2014 com Alexandre Ferrer.).

Ao tratar na atração das empresas, vemos como essa articulação soma fatores fiscais, localização geográfica e a elaboração de estratégias de *marketing* para a captação de empresas de médio porte. Dado que, é o conjunto desses fatores que materializam e produzem espaço, a partir do

discurso desenvolvimentista presente no âmbito político do município. Na citação abaixo o diretor de investimentos da AD Diper trata dos incentivos a nível estadual.

Nosso incentivo é baseado num negócio chamado crédito presumido de ICMS. O ICMS é do Estado e quem manda sobre ele é o governo. Apesar de haver um órgão do governo Federal que toma conta chamado COMFAZ, que é de todas as secretarias de todos os estados tem representantes que se reúnem e para todos os assuntos tem que ter unanimidade. Isso é o que tá com problema agora porque não tá dando unanimidade nas coisas. Mas aí veja bem, ele é um imposto que não é cumulativo, quer dizer, você paga aqui faz o imposto de renda e paga para vim de novo. Não, ele não. Ele, por exemplo, tem uma fábrica, o que você compra de matéria-prima e de insumo, você paga ICMS de quem está comprando. Então esse ICMS que você pagou vira crédito para você. Quando você vende o seu produto, que você recebe o ICMS do cara que você está comprando esse ICMS vira débito. Então na hora de você pagar, você pega o que você recebeu e subtrai o que você pagou, aquele ali já está pago. Então normalmente esse saldo é devedor e é sobre o saldo devedor que agente dá o incentivo de crédito presumido, tá certo? Agora, a gente só tem incentivo sobre saldo devedor não pode de jeito nenhum com a política do PRODEPE gerar crédito de ICMS para não pagar nada. Isso não existe. Então o que é que acontece? Nós dividimos o Estado em quatro regiões, então tem: Zona Metropolitana do Recife, tem a Zona da Mata, tem o Agreste e o Sertão. Então no caso de indústrias prioritárias no caso dessas que você falou... Kraft foods, Sadia... O que acontece é o seguinte na Região Metropolitana de Recife você tem um crédito presumido de 75% do saldo devedor, você faz sua conta de débito e crédito e dá 100 reais se você está na Região Metropolitana você só paga 25, se passar da região metropolitana para a Zona da Mata você já passa para 85, se for para o Agreste já pula para 90 e para o Sertão 95%. Isso normalmente para produtos prioritários o prazo de incentivo desse é de doze anos prorrogável por igual período. Para você ter uma ideia a Kraft foods ela ampliou quatro vezes seu tamanho. Ela vai se transformar na maior fábrica da América Latina da Kraft, agora Mondelez. Para você ter ideia uma Fábrica Goiana com a sigla CBVP – Companhia Brasileira de Vidros Planos, hoje é Vivix, tem um galpão com uma extensão de um quilometro, para você ter dimensão do investimento. (Entrevista realizada em 10 de abril de 2014 com Aymar Soriano)

Observamos, de forma bem detalhada, como esses sujeitos que representam o Estado estão ligados aos empresários e como essa política favorece as empresas através de incentivos fiscais. É importante ressaltar que essas relações extrapolam o âmbito institucional, pois no caso da entrevista do

Sr. Alexandre Ferrer, constatamos que o mesmo delibera e atende ao público dentro da empresa que preside, no caso o Engarrafamento Pitú S.A, e que também se tornou gabinete da Secretaria de Desenvolvimento Industrial do município.

A imbricação das relações institucionais com as pessoais é evidente e também se reflete como o município está sendo estruturado e preparado para receber essas fábricas. Na questão das terras, por exemplo, quando o secretário foi perguntado sobre como ocorre à distribuição das terras para que as mesmas se instalem, percebemos certa contradição, principalmente quando analisamos as contrapartidas citadas por ele quando perguntado se “A questão das terras, a prefeitura doa as terras para as indústrias?”.

É... no início tanto o Governo do Estado doou as terras através ADdiper, como a KRAFT e a Sadia. Mas agora mesmo, o Estado quer a contrapartida das indústrias que vierem implementar e também a prefeitura no início doou os terrenos, agora exige uma contrapartida. A prefeitura pede que façam algum benefício dentro do município, tipo; uma praça, uma escola... alguma coisa... a prefeitura agora exige. (Entrevista realizada no dia 25 de março de 2014 com Alexandre Ferrer.)

Existem dois procedimentos relativos às doações de terra. O primeiro se deu por via do governo estadual, por meio da AD Diper que comprou as terras destinadas à instalação da fábrica da Sadia (BRF-Brasil Foods S.A) e a *Kraft Foods (Mondelez S.A.)*. O governo municipal realizou as doações referentes às indústrias de menor porte, concentradas no Polo Industrial, através de decretos municipais sancionados em forma de lei pela câmara municipal.



Imagem 11 - Placa de Empresa com incentivo do PRODEPE, Luann Ribeiro, 2014

A imagem acima é de apenas uma, entre tantas outras placas presentes nas empresas que estão se instalando no município de Vitória de Santo Antão. O que comprova o forte apoio do Estado, essa dinâmica vem trazendo fortes mudanças no que diz respeito ao avanço, não só do Capital nas diversas escalas, mas também o avanço de um modelo de desenvolvimento.

A dessimetria, do que vem a ser o Polo industrial, é evidente quando observamos que as duas grandes empresas desse conjunto estão afastadas do mesmo. Essa contradição talvez se explique pela forma com que as coisas são conduzidas, já que o Estado intervém massivamente nas doações de terras, um processo um tanto nebuloso, arquitetado pela Câmara de Vereadores do Município.

Não existe uma política fundiária que controle ou planeje efetivamente este processo. Dessa maneira, os interesses pessoais sobressaem montando um jogo entre a elite econômica política local detentora de terras, os interesses expressos por esse grupo demanda ao seu favor diante das ligações históricas com essa concentração fundiária (monocultura e latifúndio) e seus proprietários

(em alguns casos são os próprios políticos que detêm as terras). Assim, o Estado legitima e media as práticas e as empresas que representam o grande capital, pois essas empresas são as beneficiadas com toda trama, contando com apoio fiscal, terras e mão-de-obra barata em abundância que configuram o tripé de atração de empresas e da reprodução da lógica capitalista de apropriação do território.

Antes de adentrarmos no caso específico, relacionado às multinacionais que recentemente foram instaladas no município de Vitória de Santo Antão, ampliaremos a escala de análise para entender como as multinacionais vêm se expandindo no mundo exercendo a lógica expansionista do capitalismo imperialista.

O processo histórico ligado a mundialização do capital e aos investimentos dos países desenvolvidos para os países ditos periféricos corresponde ao período de internacionalização produtiva. Nos anos de 1950, no período pós-guerra, estão datados os primeiros investimentos produtivos de expansão de empresas estadunidenses para instalação de filiais na Europa, porém é importante frisar que essas relações ocorriam também por volta de 1880, antes da Primeira Guerra Mundial.

No entanto, essa lógica estava ligada a um caráter regional. Com a Segunda Guerra mundial houve um aumento significativo dos investimentos das empresas estadunidenses em relação às empresas europeias. Apenas no final da década de 1960, que as empresas europeias e japonesas adentraram fortemente no mercado internacional. Países como Brasil, México e Argentina, entre outros, aproveitaram-se da concorrência oligopólica e do alargamento do contexto das multinacionais estadunidenses e europeias para atrair investimentos em condições vantajosas para seus processos de industrialização tardia (SPOSITO; SANTOS, 2013).

Com a crise de superacumulação - ou a crise do modelo de desenvolvimento fordista - nas décadas 1960 e 1970, as empresas direcionaram seus investimentos para os países ditos periféricos, entre eles o Brasil, a Argentina e o México, os quais os Estados buscavam a industrialização de forma que ofereciam força de trabalho e matérias-primas baratas e com abundância.

O Estado, desde a Era Vargas, período entre as décadas de 1930 e

1950, toma a industrialização e modernização do parque industrial como prioridade através de plano de incentivos que nessa época viriam a reforçar o capital interno. Com o governo Juscelino Kubitschek, houve uma tentativa de equilíbrio entre o poder do Estado, o capital interno e o capital externo representado pelas multinacionais, principalmente as estadunidenses que ganhavam espaço no período pós-guerra, buscando novos espaços para acumulação de capital.

A década de 1970 é marcada tanto pela rigidez do poder militar que diante do Golpe de 1964 dissolve o caráter reformista do governo de João Goulart, quanto pelos Planos de Desenvolvimento. A década de 1980 é marcada por uma crise na balança comercial e diminuição de investimento estatal na modernização da indústria.

Na década de 1990, o momento político e econômico estava bastante ligado ao processo de privatização das empresas estatais, essa realidade estava presente no Governo Collor-Franco, mas principalmente no Governo FHC, onde 80 empresas brasileiras foram privatizadas com a retomada do plano Liberal.

Parte da política econômica do Governo Lula deu continuidade ao modelo liberal de desenvolvimento inserindo o Brasil no grupo de países ditos em desenvolvimento, no caso os BRIC's. Esse grupo é formado por Brasil, Rússia, Índia e China, países que vem demonstrando uma grande ascensão econômica, decorrente do processo de centralização do capital promovido por suas empresas que se expandem fortemente, não somente na escala regional, como é o caso dos investimentos Sul-Sul como é o caso do Brasil diante da América Latina, bem como inserções nos mercados consolidados no Norte. Também é importante frisar que os investimentos ocorrem de forma integrada entre esses países onde podemos observar o crescimento e a expansão geografia das multinacionais chinesas no mundo, como reflexo de uma despolarização, que representa uma nova ordem do processo de acumulação de capital na escala mundo.

Ainda segundo Sposito e Santos (2013), outro fator marcante para esse período atual é o aumento das aquisições e, principalmente, das fusões entre empresas que dominam determinado ramo ou segmento como foi o caso da junção entre Sadia e Perdigão. Essas empresas foram citadas num estudo do

Boston Consulting Group do ano de 2006, no qual é proposto seis modelos para explicar a globalização das multinacionais de países periféricos, são eles

- *Tornando suas marcas globais*, partindo de marcas consagradas nos mercados nacionais. São empresas, geralmente, de setores automotivos e de bebidas e que têm como foco a P&D. As empresas Natura e Bajaj Auto, respectivamente, do Brasil e da Índia são exemplos que querem tornar suas marcas globais;
- *Tornando a inovação um aspecto global*. As empresas ampliam a utilização de seus produtos de engenharia e pesquisa como mercadorias globais, em setores da construção, da produção de semicondutores, de produtos automotivos, de plataformas e periféricos e de produtos médicos. Entre as empresas, podemos destacar Embraer e China Aviation I, respectivamente, do Brasil e da China;
- *Assumindo o papel de liderança global* em um determinado campo produtivo. É o caso, por exemplo, da empresa de compressores Embraco, do Brasil;
- *Monetizando recursos naturais*. São empresas que contam com facilidades de matérias-primas, de produção e de distribuição suficientes para proporcionar uma forte atuação no mercado interno e externo. Aqui estão presentes as empresas **Perdigão, Sadia** e Vale, todas brasileiras;
- *Implantando novos modelos em mercados múltiplos*, como a Orascom Telecom, companhia egípcia de telecomunicações que está presente no Oriente Médio, na África e na Europa;
- *Adquirindo fontes naturais e suprimindo seu mercado*, como é o caso Boasteel da China. (SPOSITO e SANTOS, p.60, 2013 [grifos nossos])

Em destaque, a Perdigão e a Sadia enquadra um grupo de empresas responsáveis pela extração e transformação da natureza e com grande poder de distribuição e comercialização, com relevante importância pra lógica de *commodities* do mercado interno e externo.

Ainda segundo esse estudo, o modelo de monetizar os recursos naturais prevalecem em 69% das empresas a estratégia de fusões e aquisições. É diante dessa dinâmica que vamos abordar qual o papel das multinacionais brasileiras no processo de expansão através da lógica imperialista, onde trataremos o caso da Sadia e Perdigão. Vislumbra-se entender o processo de atração de multinacionais estrangeiras, mesmo com uma representação de

conglomerado de diversas marcas como é o caso da *Mondelez* Internacional. Usaremos como recurso metodológico uma ampliação da escala, partindo da realidade global posta para interagir com a dinâmica local em constante modificação.

No próximo tópico trataremos como a BRF vem modificando o espaço agrário e urbano Vitorienense, proporcionando uma expansão da lógica urbana na constituição de uma apropriação capitalista do território da cidade que ao que podemos vislumbrar, é mais uma parte do processo imperialista do capital pela busca de espaço de acumulação e mais-valia sobre a exploração do território e do trabalho. Para o entendimento das mudanças significativas operadas pelo capital no espaço agrário de Vitória de Santo Antão.

4.2 A BRF – Brasil Foods e seu Sistema de Exploração

A empresa Brasil Foods, surgiu em 2009 a partir da fusão entre duas grandes companhias do segmento de alimentos, a Perdigão e a Sadia. Hoje é a maior exportadora de frango do mundo. A BRF que incorpora marcas como Sadia, Perdigão, Batavo, Elegê e Qualy, já possui em Vitória de Santo Antão um complexo industrial que gera atualmente mais de 1,1 mil empregos operando com linhas de embutidos, como mortadela, apresuntado, salsichas, linguiça cozida, presunto de peru e lanche. Em 2014, deu início a construção de uma nova unidade fabril no município, com investimentos de R\$ 140 milhões.

A nova fábrica, com capacidade para produzir oito mil toneladas/mês, produzirá margarinas das marcas Qualy, Deline e Claybom. É a primeira fábrica de margarinas da empresa no Nordeste e deve gerar 150 empregos diretos e 350 indiretos. A expectativa da empresa é de dobrar o seu faturamento em Pernambuco e atingir a marca de R\$ 450 milhões por ano, até 2015. Segundo dados do Relatório do Ano de 2012, a BRF conta com 33 centros de distribuição, 37 unidades industrial carne, soja e industrializados e 13 unidades de lácteos no Brasil. A empresa exporta seus produtos para mais de 120 países, com 11 unidades industriais no exterior e 19 escritórios pelo mundo. As informações referentes à produção interna podem ser visualizadas no mapa presente no relatório anual da empresa do ano de 2012.

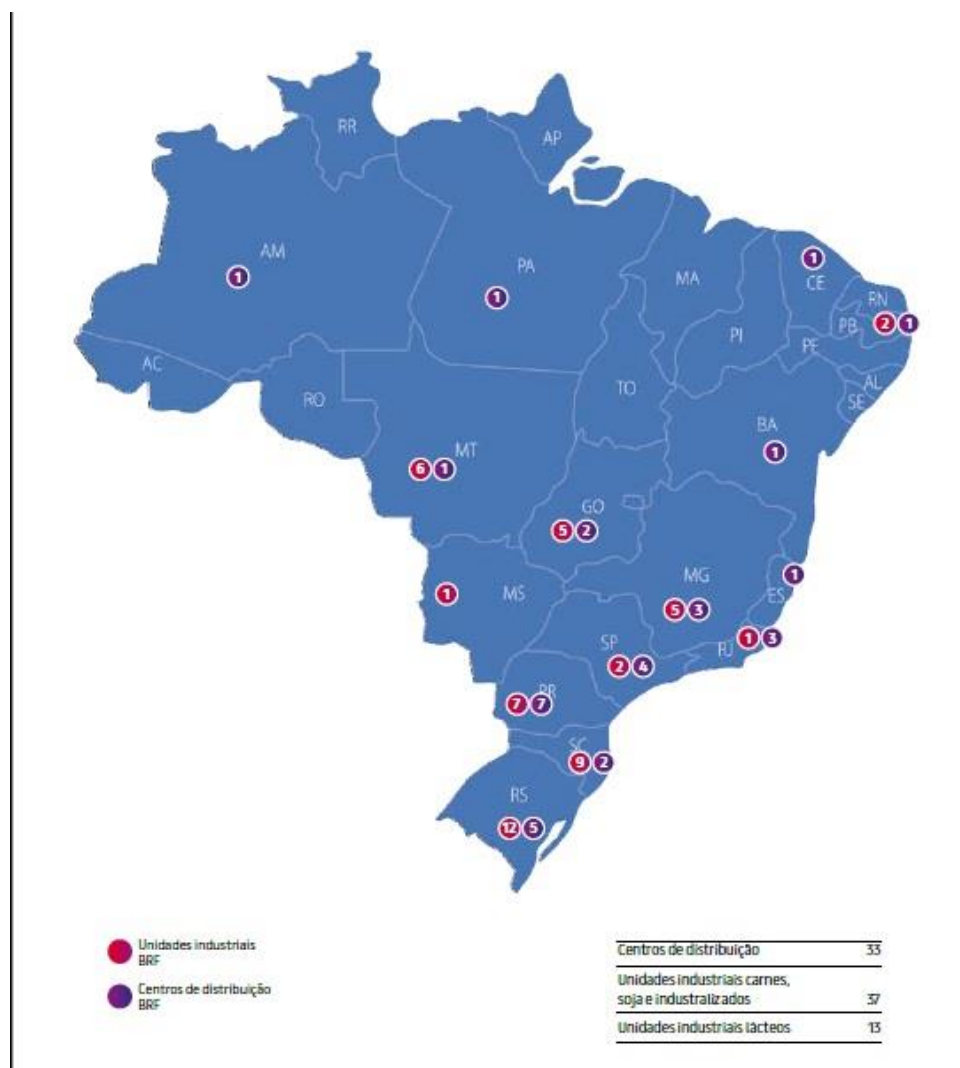


Figura I – Mapa dos centros de distribuição e das unidades industriais da BRF no Brasil.

De imediato, observar-se erro grotesco em relação à localização do centro de distribuição e da unidade industrial de Vitória de Santo Antão, pois a mesma aparece no estado da Paraíba.

Os números da Empresa impressionam pelo seu alcance e penetração no dia-a-dia na população mundial, os seus produtos estão presentes em 95% dos lares brasileiros e são exportados para 110 países, sendo a 7ª indústria de alimentos do mundo.

ATUAL ORGANOGRAMA CORPORATIVO DA BRF



A frente do processo de internacionalização está o empresário Abílio Diniz, que desde 2013 é o presidente do conselho de administração da

empresa. Conhecido no ramo do varejo, onde também acumula maior parte das ações do Grupo Pão de Açúcar em parceria com o Grupo Francês Casino, ocupa cargo estratégico, pois vale salientar que a BRF é a maior fornecedora do Grupo Pão de Açúcar que também engloba o Carrefour. Desde então, a empresa vem passando por constantes mudanças referentes aos cargos dos grupos de acionistas, e essas mudanças visam a maior lucratividade da empresa.



Imagem 12 - Foto da Fábrica da BRF em Vitória de Santo Antão, Luann Ribeiro, 2010.

Em matéria publicada no dia 7 de abril de 2014 no portal Exame, o atual presidente do conselho administrativo pede que as empresas nacionais sejam mais produtivas. O aumento da produtividade recai sobre o trabalhador da linha de produção, como ficou evidenciado em outra matéria do Portal UOL, publicada em 28 de abril de 2014, que trata da exploração do trabalhador na Unidade de Lajeado no Rio Grande do Sul, onde o Ministério Público do Trabalho constatou que 90% dos trabalhadores realizavam suas atividades com algum tipo de dor. Também segundo a matéria, a empresa reconheceu que os funcionários tem ultrapassado o número de movimentos repetitivos. A unidade de Lajeado- RS é responsável pela produção de frango *griller* (frango

abatido inteiro, sem cortes) que na sua maioria é exportado para o Oriente Médio. Outra matéria do canal da ONG Repórter Brasil traz um pouco da realidade desse processo de exploração.

No Oriente Médio, o Carrefour comercializa carne halal (preparada de acordo com os preceitos islâmicos do Alcorão), proveniente da unidade de Dois Vizinhos (PR) da Brasil Foods (BRF). Em 2011, a Justiça do Trabalho condenou a BRF por terceirização ilícita e por submeter a “condições absolutamente indignas” os trabalhadores muçulmanos empregados localmente na produção desse tipo de item. (Portal Repórter Brasil, setembro de 2012)

O que podemos analisar é que a política da BRF pautada na internacionalização, na produção como comercialização dos produtos pelo vários mercados do mundo, principalmente no oriente, está configurada no controle desses mercados concretizando o império alimentar consociado com a política de desenvolvimento do Estado nas variadas escalas onde produtividade é sinônimo de exploração ou escravidão moderna. Numa pesquisa fundamentada em algumas entrevistas realizadas durante o ano de 2014, foram apontadas irregularidades na Unidade da BRF em Vitória de Santo Antão, como superexploração e desvio de função.

Quando perguntamos a um funcionário se ele está satisfeito com a empresa, se existe algum problema que o mesmo gostaria de evidenciar, ele responde:

Ultimamente existe aquele problema de desvio de função, é assim: eles pegam tão precisando de você, vê que você conhece e sabe trabalhar naquela área, aí pega você joga você para a área de lá, você sem tá recebendo aquela função. Aí você lá naquela função, exercendo, mas com o diferencial menor. Fica recebendo pelo anterior. Eu era auxiliar, fui pra agente de controle interno com uma diferença salarial de mais ou menos 600 reais. Aí me jogaram pra lá, pra não ter que demitir. Porque eles sabendo que tem um funcionário de quase quatro anos teriam que me pagar o dobro do que se me transferisse. Aí bateu uma auditoria, que todo ano tem uma auditoria que ela faz todo o processo de gestão, puxa todo quadro de funcionários para saber quantos funcionários tem, o histórico dos funcionários para saber se o funcionário é um funcionário que falta, se ele teve alguma promoção naquele período, se a empresa deu para ele algum treinamento. Aí quando puxaram lá no histórico eu estava lá, eu e mais outros três funcionários. Aí a direção geral deu em cima, e o coordenador da área falou, que não podia me demitir e que tinha que fazer o processo de transferência de vaga. Senão o

Ministério do Trabalho ia dar em cima. (João, 27 anos, Funcionário da BRF, 2014)

É interessante analisar como são naturalizados alguns tipos de expressões, relativas ao caráter dominador que a empresa realiza. Mesmo que às vezes passe despercebido, expressões do tipo *“me jogaram para tal setor”*, são comuns para as pessoas que trabalham nessas empresas. O que expressa às relações desumanas que esse sistema de trabalho impõe.

É importante entender, antes de chegarmos ao ponto da exploração do trabalho, de onde esse trabalhador vem, qual seu histórico de vida e de onde seus pais tiravam o sustento. Foi interessante observar que na maioria dos casos, os trabalhadores tinham suas origens no campo. E essa realidade, muitas vezes, está ligada as atividades da monocultura da cana de açúcar como podemos analisar nesse trecho:

meu pai não chegou a trabalhar nesse ramo industrial porque ele era do campo e moram no Engenho Cachoeirinha que agora é tudo da Usina JB. Agora minha mãe é aposentada por lá mesmo e meu pai faleceu.

Eles trabalhavam na cana? Ou plantavam?

Não. Meu pai sempre trabalhou pela Usina. (João, 27 anos, Funcionário da BRF, 2014)

Assim, não podemos desprezar em nossa análise o fator da reprodução de uma classe explorada que se reinventa a partir da lógica que lhe é imposta. Quando esclarecido que seus pais eram explorados nos engenhos e posteriormente pela Usina, onde a realidade era bastante dura, percebemos o certo grau de orgulho de parte desses entrevistados que viveram dentro do sistema canavieiro e agora se dizem trabalhador do ramo industrial. O que vemos é uma lógica perversa que perdura através dos anos, gerando traumas e propagando um modo-de-vida cada vez mais desligado na natureza e fabril.

Ainda em relação ao desvio de função, outro ex-funcionário relata como acontecia essa prática dentro da BRF desde os primeiros anos após sua instalação no município.

O desvio de função acontece muito e aconteceu principalmente comigo. No início quando estartou a fábrica só tinham 45 operadores. E a gente trabalhava em duas áreas que era a linguiça e a mortadela, e nisso quando a gente saía da produção, terminava a produção a minha área ainda estava estartando e me tiraram do presunto e colocaram na mortadela. Eu era operador de máquina e me botaram como envarador de

mortadela tanto no embutimento como na embalagem. Tipo eu trabalha tanto no embutimento como na embalagem, quando eu terminava de embutir no final da tarde ainda ia para embalagem para desenformar as mortadela e botar na embalagem. A gente trabalhava sobrecarregado lá.

Isso foi no começo?

Era no começo, no início mesmo e tipo quando sua área não está funcionando lá tipo acabou a matéria-prima lá, a carne. Eles colocam os operadores botam em qualquer área, tipo eu trabalhei... na ETE cavando buraco.

O que é ETE?

É a estação de tratamento de esgoto, lá tinha problema muito sério lá na estação de tratamento, que fossa estourava direto, ela tipo ... sobrecarregava aí tinha que cava uma vala ela ter que escorrer, a merda, a merda mesmo. Isso eu trabalhei lá uns três dias cavando esse buraco. Recebia pressão mesmo do meu supervisor, até o gerente ia lá aperreado, porque o SIF que é sistema de inspeção federal estava em cima direto. Só que o SIF também lá é comprado. Desviavam muito o pessoal para outras áreas. Mas o SIF é muito falho, porque os operadores pegando a carne do chão jogando dentro do moedor. A norma da empresa é desperdício zero, quando o SIF não estava vendo operador pegava a carne eu estava no chão e colocava no moedor.

Você recebia algo a mais quando trocava de função?

Não, Não. Sempre recebi por operador de máquina.

Como eram essas pressões?

Tipo... num lugar mais pesado, mais frio. Se você não estivesse na área que ele designavam você, eles ameaçavam dar uma advertência, uma suspensão. Era sempre "Você tem que ficar aí, rapaz..." É isso, mais uma pressão psicológica. Eu praticamente trabalhei em todas as áreas da Sadia porque ficavam desfiando minha função, só não trabalhei no RG, mas todas as áreas eu trabalhei lá, higienização, embalagem, no preparo, até no recebimento da matéria prima, eu trabalhei lá. Na câmara fria congelada menos 4° graus (Guilherme, 35 anos, ex-funcionário da BRF)

Podemos também constatar que algumas práticas dessas empresas, como assédio moral, desvio de função e superexploração, corroboram com nossas análises, em relação, por exemplo, ao trabalho temporário que era comum nas Usinas da região, principalmente no período de safra da cana, em que esse tipo de trabalho era pautado em salário baixo, contratos curtos e nenhum direito trabalhista. Como para as empresas propor esse tipo de trabalho traria além de *marketing* negativo, problemas tanto com as leis do trabalho, quanto com a vinculação desses trabalhadores e os gastos que isso implicaria.

Dessa forma, a BRF conta com uma Empresa terceirizada responsável

pela contratação temporária de funcionários. Essa prática retira da empresa toda a responsabilidade sobre os empregados e os contratos são de aproximadamente três meses. Os trabalhadores do regime terceirizado se encontram nos setores onde o trabalho é mais degradante, e de onde é exigido que essas pessoas exerçam suas funções em temperaturas baixíssimas, além de dar conta do carregamento de caminhões no setor de distribuição.

Vide os trechos abaixo relativos a esse tema:

eu comecei a trabalhar na indústria em 2010, comecei numa terceirizada lá.

Qual o papel da terceirizada?

A terceirizada tinha a responsabilidade de contratar pessoas e colocava lá no setor. Por ser um setor novo, acho Vitória naquele tempo não tinha pessoas qualificadas para trabalhar naquela função.

Era um tipo de treinamento?

Era. Não, mas nem sempre. O que foi que aconteceu... eles contrataram essas pessoas que passaram por todo processo como seria lá. Quem queria já ficava lá, dependendo do seu desenvolvimento lá dentro, eles já separavam você. Os que não se sentiam bem, felizes, terminavam o contrato era demitido.

O contrato era de quanto tempo?

Três meses.

Como se fosse um estágio probatório?

Sim.

Fale mais um pouco sobre como você foi contratado, como foi o processo?

O processo foi o seguinte, pela terceirizada me levaram para Recife todo o processo de entrevista é lá, aí voltei para cá e depois já fui direto para a empresa. Fiz a integração, por que todo pessoa que entra na empresa tem que fazer um processo de integração. Perto de terminar meu contrato a Sadia já ficou como algumas pessoas. Tive que fazer o desligamento lá (terceirizada). E já entrei na Sadia com todo o processo de documentação, entrevista aí fiquei. Fiquei na função de ajudante 6 meses, depois conferente 6 meses e auxiliar administrativo já tá com 1 ano e meio. Como eu passei esse tempo como conferente, eu sabia todo o processo de movimentação de produtos lá dentro, tanto para fazer entrega para os clientes como os códigos dos produtos. Aí como eu tinha um pouco mais de experiência, aí tiraram pra o Administrativo para ficar na gestão. Fiquei como supervisor de gestão de pessoas passei mais 8 meses. Depois de 8 meses foi necessário realizar corte de funcionários.

Por que aconteceu isso?

Houve uma queda no valor da empresa, foi necessário realizar um corte de custos, ou seja, demitir pessoas.

Você sabe o ano que isso ocorreu?

Foi em 2013. (Paulo, 30 anos, Funcionário da BRF)

Segundo alguns entrevistados esse setor é responsável por grande número de desistências, pelo nível de exigência física e pelas baixas temperaturas. Quando perguntamos a um funcionário que só passou por esse setor e logo pediu demissão o mesmo argumento:

Sempre trabalhei no comércio, mas as vendas foram ficando fracas e me demitiram, aí fui para Sadia. Lá o trabalho era pesado pouca gente e muita mercadoria para carregar. Depois de alguns meses não aguentei e entreguei o serviço. (Nelson, 37 anos, Ex-Funcionário da BRF, 2014)

Outro entrevistado descreve como se dá os procedimentos de carregamento e armazenamento das câmaras frias.

Qual era a relação de número de pessoas que trabalhavam na função de ajudante de armazém com o número de caminhões que tinham que ser carregados? Em uma noite por exemplo...

Logo no começo, como era novo. A demanda era muito grande número de pessoas eram poucas. Até porque tinha um processo de contratar, passar treinamento, que também atrapalhava um pouco. A quantidade de caminhões que tinha antigamente era bem baixa do que a que tem hoje, era 60... 70...

E o normal hoje?

Agora 100... 120. Porque a demanda aumentou e o número de pessoas também aumentou.

E quantas pessoas trabalhando?

No carregamento existem duas funções que é Conferente I e II e Ajudante. Que fica em torno de 85 pessoas. Na separação é Conferente I e II e Ajudante que fica em torno de 178 pessoas. Fora que tem as lideranças de câmara.

Como é esse processo de ficar na câmara fria?

Tem a câmara de congelados que é menos 18 graus. Tem a de resfriado que fica em torno de 23°... 25°. E tem a de seco que é em temperatura ambiente. (João, 27 anos, Funcionário da BRF, 2014)

Ainda para esse funcionário, esse é o setor onde ocorre, entre os funcionários, o maior número de queixas em relação à saúde dos trabalhadores que aos poucos vem denunciando e processando a empresa.

Era mais pesado, cansava mais. Muita gente desistiu, até hoje muitos entram e vão embora. Para que não costume de trabalhar em baixa temperatura a tendência é você ficar adoentado. Aí sai e bota a empresa na justiça, hoje tem um índice muito grande das pessoas que saem e botam a empresa na justiça, por essa questão. (João, 27 anos, Funcionário da

BRF, 2014)

Poucos funcionários se propõem a falar quando o assunto envolve o tema sobre acidente de trabalho e fiscalização do Ministério do Trabalho. Porém, conseguimos indícios do que ocorre em relação a esses temas:

Já teve algum acidente lá?

Já. Mas foi um incidente, porque chegou acontecer, mas não teve nenhuma vítima não.

As pessoas ficaram presas?

Só foi Operador de Empilhadeira. Ele foi tirar um produto e a estrutura toda veio abaixo caixa com palhete veio com tudo em cima dele. As câmaras são muito grandes. (João, 27 anos, Funcionário da BRF, 2014)

Já para os ex-funcionários, por não possuírem mais vínculo com a empresa, se sentem mais à vontade para descrever os acontecimentos de acidentes no interior da fábrica.

Para você, quais as principais dificuldades das pessoas que trabalham na produção?

Rapaz... segurança, a segurança lá é muito falha. Eu tive 3 acidentes de trabalho lá, ou mais. Dos quais alguns foram anotados lá e outros que.. até um cara lá perdeu a mão. Foi até abafado o caso lá, tapearam o cara lá botaram ele em outro setor, deram uma prótese mecânica. Mas tapearam o cara, porque era para ele ter sido aposentado e não aposentaram o cara. Transferiram ele de função deram um salário maior tipo de um cala boca. A dificuldade também é a nível de EPI, as botas não são regulares para o trabalho. Eu trabalhava numa área que era 4° graus, numa câmara fria que era para ser tipo 10°...9° graus, mas no inverno chega a 4° graus. E a gente saía no banheiro, ou em outras áreas na temperatura normal. O certo era para ter 40 minutos de descanso no sol, banho de sol né... Eu não recebia insalubridade, passei um bocadinho de tempo sem receber, depois meu supervisor me deu insalubridade porque eu passei muito tempo sem promoção. Aí ele deu a insalubridade como fosse um aumentozinho no meu salário para ficar na minha, para não quasar tumulto.

Existem muitos casos de acidente de trabalho, além do que você já falou?

Tem. Tem sim. Principalmente em questão do piso molhado, os operadores caem muito lá. Tem umas gaiolas que eram da minha área lá minha área da presuntaria, que quando a gente informa, que acaba de informar o presunto que vai direto para estufa para ser cozido, a gaiola pesa mil e duzentos quilos e os trilhos que deslocam esse presunto até a estufa para ser cozido eles tem muita falha e elas caíam direto e umas dessas caiu num pé de um operador lá e se ele não tivesse com a bota de biqueira de ferro ele tinha perdido o pé. (Guilherme 35 anos

ex-funcionário da BRF)

Outro fator que analisamos, foram os tipos ou modalidades que esses trabalhadores são submetidos em relação às horas-extras, pois é evidente que há variação de acordo com a época do ano, mas nos parece um movimento constante, onde em determinados setores isso se torna uma prática “comum”.

Tem a hora extra, tem 100 por cento que trabalha o sábado, domingo e feriado. E ganha um a mais. Eu não faço mais nenhum desse processo. Nem cem por cento, nem feriado. Porque eu sou agente de controle interno, departamento de segurança. Monitoramento de Câmara. (João, 27 anos, Funcionário da BRF, 2014)

Por muitas vezes tentamos efetuar visitas ao interior da fábrica, porém até agora não podemos obter essas informações *in loco*. No entanto, através dessas entrevistas, conseguimos entender um pouco do funcionamento da empresa, bem como traçar algumas relações como o aparato técnico do estado de Pernambuco na distribuição e circulação das mercadorias e das matérias-primas.

A unidade de Vitória é um centro produtor de alguns produtos, como citamos anteriormente, mais também é um centro de distribuição para grande parte do Norte-Nordeste. Como podemos analisar no trecho da fala de um de seus funcionários:

Você sabe para onde esses produtos vão?

Sai pro Nordeste todo, São Luís, Fortaleza, Natal... pro Nordeste aqui. Já Aracajú não, por ela é abastecida por Salvador que lá agora também tem um CD. Só sai daqui as carretas fechadas para Fortaleza. Antigamente sai tudo daqui, a gente separava e entregava, agora aquela área ali é ligada ao Centro de Distribuição de Salvador.

Essa unidade é de distribuição e produção?

É sim. Como te falei aqui produz salsicha, mortadela, calabresa, lanche e a margarina. Que produz aqui e distribui por aqui mesmo por Nordeste. (João, 27 anos, Funcionário da BRF, 2014)

As práticas autoritárias que expressam a exploração dos trabalhadores que buscam na empresa além de uma fonte de renda, uma estabilidade para a reprodução da vida, acontecem de forma intensa e constante. Ainda é cedo para entendermos a magnitude do impacto que BRF tem causado a classe que depende do trabalho.

A escala do processo de exploração é ampla, a BRF responde a diversos processos trabalhistas, principalmente nas suas unidades mais antigas, na região Sul do país, aonde a produção de frango e derivados vem deixando um exército de trabalhadores enfermos.

Segundo matéria do canal da organização Repórter Brasil,

a falta de intervalo para recuperação térmica dos empregados de câmaras resfriadas, levou a Justiça do Trabalho em Rio Verde (GO) a condenar a BRF-Brasil Foods em R\$ 5 milhões por danos morais coletivos. Nos termos do artigo 253 da CLT, a juíza do Trabalho Ana Deusdedit Pereira determinou que a empresa conceda intervalo de 20 minutos a cada 1h40 de trabalho, a todos os empregados lotados em ambientes com temperatura inferior a 12°. A magistrada fixou multa de R\$ 500mil a cada oportunidade em que a empresa descumprir a sentença. (...) Os afastamentos por distúrbios osteomusculares foram os campeões: em média 28 atestados por dia e 842 ao mês. (Portal Repórter Brasil, Abril de 2012)

O modelo fabril moderno instituído pela BRF, baseado no domínio total do tempo e do corpo dos funcionários. Além de várias denúncias de exploração do trabalho no Ministério Público do Trabalho, um filme realizado em 2011, com apoio de várias ONG's entre elas a Repórter Brasil, e intitulado *Carne e Osso* dirigido por Caio Cavechini e Carlos Juliano Barros, demonstra como se dá esse tipo de exploração dentro das empresas frigoríficas no setor de aves em todo o país. São vários relatos e entrevistas que expõe a rotina degradante dentro dessas empresas e o total descaso com a saúde dos trabalhadores e até mesmo o descarte dos trabalhadores diagnosticados com algum tipo de doença oriunda da exploração do trabalho.

Uma dimensão importante é o tempo que esses indivíduos são expostos a essa rotina, com o passar do tempo essa força de trabalho começa a sentir os sintomas. Ao analisarmos os trabalhadores da unidade da BRF de Vitória, constatamos que a primeira leva de trabalhadores empregados na empresa já apresentam problemas de saúde relacionados ao trabalho.

Os funcionários da BRF – Vitória receberam treinamento na unidade da BRF de Uberlândia, nessa unidade foi constatado abuso em relação às horas extras dos funcionários, onde

a força tarefa do Ministério Público do Trabalho constatou em 2012 que a unidade Uberlândia (MG), com 8.000 empregados, além de não pagar o tempo de troca de uniforme, afasta, a cada mês, por problemas de saúde, cerca de 1.000

empregados com diagnóstico de distúrbios osteomusculares, doenças relacionadas aos movimentos repetitivos realizados em plantas frigoríficas. Estima-se que cerca de 20% dos empregados sofrem de alguma doença adquirida em razão da precariedade das condições de trabalho em frigoríficos. (Portal Repórter Brasil, março de 2014)

Com a constatação desses abusos e crimes contra a saúde dos trabalhadores em Vitória, onde a produção de carne processada diferentemente dos produtos *in natura* como é no caso nas unidades no sul e centro-oeste do Brasil, escrevem o Nordeste na Geografia da exploração do trabalho na fábrica e torna esse processo cruel presente em todos os setores dessa gigante. Ou seja, ao se alimentar de produtos da BRF, estamos nos alimentando da vida desses trabalhadores. Nós e 95% dos lares brasileiros.

Reflexões conclusivas

A volatilidade do capitalismo moderno vem criando contradições com a rapidez surpreendente do processo de produção espacial que, pela nossa ótica, só existe em função do sistema de maneira que entendemos toda ela como uma produção capitalista. Essa produção, em função de uma ação, se dar pelo trabalho, que está sujeitado a uma dinâmica de poder que segue as relações e controla esses territórios. Territórios esses que são expressão do capital através da atividade de consórcio com o Estado, ou seja, é ao mesmo tempo produto da produção espacial capitalista e “locus” da reprodução onde as ações de dominação estão postas.

As políticas de Desenvolvimento, principalmente as relacionadas a incentivos fiscais, como no caso da política do PRODEPE, promovem o processo de exclusão numa corrida alienada que não leva a lugar nenhum a não ser para o chão de fábrica, para quem contar com o mínimo de instrução e o máximo de necessidade. Essas políticas atendem, principalmente, uma elite que domina os setores industriais, a especulação das terras e as construtoras.

Essas políticas, somadas ao processo de doação de terras, nos faz refletir como essa prática está presente no território da cidade, desde o período colonial, com a doação das sesmarias para a produção de cana-de-açúcar. O que queremos expressar é que a lógica colonial atua de forma contínua, de acordo com os interesses do capital. Essa é uma dinâmica latente em toda a América Latina, seja qual for a matriz produtiva a produção de espaço traz suas marcas e suas colonialidades.

Acreditamos que o processo de instalação das empresas no território vitorriense é um movimento contínuo de produção espacial da exploração do trabalho, através da história. Dessa forma, não é a demanda por emprego que está em jogo, mas sim a oferta de mão-de-obra barata e em abundância que atraem as empresas e o capital.

Salientamos que o jogo é bem mais complexo do que essa relação. O discurso desenvolvimentista talvez seja o gargalo para entendermos o quão contraditório é a realidade. A realidade posta pela reconfiguração produtiva que inverte e artificializa o alimento que antes era fruto da relação do homem com a terra, hoje é um produto especulado e quimificado presente nas prateleiras de

grandes redes de supermercados, como Carrefour, Bompreço, Extra, são frutos da superexploração dos impérios modernos.

Apontamos aqui para uma transição do sistema agroalimentar, configurada pela aderência ao pacote tecnológico em boa parte da agricultura do município. Subserviência produtiva ao latifúndio e a mudança de uma dieta com características urbanas.

Um desafio para nossa pesquisa foi buscar uma abordagem que englobasse o espaço multiescalar e os múltiplos atores envolvidos nos processos de produção espacial, territorialização do capital, desenvolvimento e exploração do trabalho, sobre a lógica de atuação dos Impérios alimentares do global para o local.

Através dessa abordagem buscamos um corpo teórico que dialogasse com os procedimentos metodológicos. Diante disso, trabalhamos os relatos dos trabalhadores como um ponto importante para o entendimento da transição de uma realidade teórica para uma realidade materializada presente na perspectiva desses trabalhadores explorados. Pois, ao analisarmos os dados quantitativos do impacto desses investimentos no município, não foi possível entender as práticas internas que configuram a qualidade do emprego oferecido.

Os relatos transcendem os números e a nossa preocupação enquanto pesquisador é visibilizar essas relações que se escondem atrás dos dados e principalmente por trás dos discursos. Intensificando a ideia de trazer os relatos de representantes do Estado que, de certa forma, são porta-vozes do discurso do desenvolvimento.

No campo político, essa continuidade é expressa pelos interesses das classes dominantes. Os grupos que se alternam no poder municipal e na representação na Câmara de deputados do Estado de Pernambuco, sempre estiveram ligados à elite da cana, o que requer novas estratégias para a permanência desse grupo no poder. Essas estratégias estão ligadas diretamente com as atrações de capital, e é através desse processo ligado a especulação imobiliária e ao domínio da máquina pública que essa classe dominante se reproduz.

Reafirmamos que a terra ainda é espaço de disputa entre os políticos da região, uma disputa interna (ou seja, entres eles) com o apoio das

engrenagens políticas do estado. Esse espaço é tanto rural quanto urbano, é comum em tempo de campanha eleitoral a “doação” de terrenos em troca de apoio político, que se dá por parte de candidatos de forma pessoal e sem respaldo legal para os “beneficiados”. Entretanto, as últimas gestões aproveitaram do discurso e das políticas de desenvolvimento para usar as terras públicas do município para a manutenção dos vereadores no poder, com o apoio do poder executivo municipal, com o grande pacto. Agora as terras públicas que deveriam atender as pessoas sem moradias ou para fins de Reforma Agrária são usadas para fortalecer a base oligárquica vitoriense, através das doações institucionalizadas pela Câmara de Vereadores da Cidade de Vitória. Recentemente, em uma única sessão semanal que tem uma duração média de uma hora e trinta minutos, foram doados quase 50 terrenos, um verdadeiro recorde de doações por minuto, nunca houve tanto empenho e dedicação por parte dos ilustres vereadores, talvez pela proximidade de mais um pleito eleitoral.

É através da exploração do trabalho que a modernização da base técnica do município se efetiva, ou seja, o chicote não mudou de mão, mas agora é ele compartilhado. Se antes a classe dominante exercia o papel de explorador, hoje ela concede essas práticas às empresas e ao capital. É lógico que essa exploração está presente para além dos muros das empresas, mas são elas que têm todo o aparato de gestão para encobrir suas práticas perversas. Diante dos relatos dos trabalhadores explorados, podemos refletir sobre o quão é coeso o processo de exploração e da colonialidade. Refletidos não só em Vitória, mas principalmente na América Latina e na África. Os impérios estão mantidos. Sejam alimentares ou não. Cabe a nós derrubá-los através da resistência e da luta social organizada.

Referências

ARAGÃO, José. **História de Vitória de Santo Antão**. Recife: FIAM/ Centro de estudos de história municipal, 1983. vol. 1.

_____. **História de Vitória de Santo Antão**. Recife: FIAM/ Centro de estudos de história municipal, 1983. vol. 2.

ANDRADE, Manuel Correia de. **Área do Sistema Canavieiro**. Sudene, 1983.

_____. **A Terra e Homem no Nordeste**. 1986.

ANDRADE, Mariana Alves de. De Marx a Mézaros: a inseparável relação entre o Estado e a reprodução do capital. In. Edivânia Melo, Maria Cristina Soares Paniago (org.) e Mariana Alves de Andrade. **Marx, Mézaros e o Estado**. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. Da “organização” à “produção” do espaço no movimento do pensamento geográfico. In. CARLOS, A.F.A., SOUZA; M.L. de; SPOSITO, M.E.B Org(s). **A produção do espaço urbano: agente e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, 2011. p. 53-73

CORRÊA, Roberto Lobato. Espaço: um conceito-chave da geografia. In: CASTRO, Iná Elias, GOMES, Paulo César da Costa, CORRÊA, Roberto Lobato (orgs. In: **Geografia: Conceitos e Temas**, Rio de Janeiro, Bertrand, Brasil. 1995.

CUNHA, Antonielle Pinheiro da. **Território camponês na transição agroecológica em Vitória de Santo Antão-PE**. Recife, 2012, Mestrado em Geografia UFPE- PPGEIO/CFCH.

FROTA, I. L. N.; LIMA, J. P. R.; MELO, A. S. S. A.. **Os Incentivos Fiscais do Governo do Estado de Pernambuco para Atração de Empresas: um Caso de Sucesso?**. In. II Encontro Pernambucano de Economia, 2013, Recife.

GALEANO, Eduardo. **As veias Abertas da América Latina**, 1978.

JULIÃO, Francisco. **Cambão**: a face oculta do Brasil. Bagaço: Recife, 2009.

LEFEBVRE, H. **A Reprodução das Relações de Produção**. Tradução: Antonio Ribeiro e M. do Amaral. Porto (Portugal): Publicações Escorpião – Cadernos O Homem e a Sociedade, 1973.

_____. **A Cidade do Capital**. Tradução: Maria H. R. Ramos; Marilena Jamur. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

_____. **Espaço e política**. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2008.

LISBOA, Josefa; CONCEIÇÃO, Alexandrina da Luz. **Desenvolvimento local como simulacro do envolvimento**: o novo-velho sentido do desenvolvimento e sua funcionalidade para o sistema do capital. Terra Livre, v. 2, nº29, p. 115-132.

MACHADO, M. R. I. M. **A subordinação da força de trabalho dos assentados da reforma agrária federal ao agronegócio da cana de açúcar no território da microrregião de Vitória de Santo Antão - PE**. Doutorado em Geografia Universidade de São Paulo, USP, Brasil.: 2013.

MARX, K.; ENGELS, F. **Textos**. São Paulo: Alfa-Omega, 1977.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. **História dos movimentos sociais no campo**. 1ª ed. Rio de Janeiro: FASE, 1989, v. 1, 215p.

MESZÁROS. **A teoria da alienação em Marx**. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2006.

MONTENEGRO, Jorge Ramón. Seis fragmentos para pensar hoy la continuidad de la modernidad/colonialidad en el proyecto autoreferenciado del

desarrollo. In: GIARRACA, N. (et al) **Bicentenarios (otros), transiciones y resistencias**. Buenos Aires: Una ventana, 2011.

MOREIRA, Ruy. **Sociedade e espaço geográfico no Brasil. Constituição e problemas de relação**. São Paulo: Editora Contexto, 2011.

OLIVEIRA, Francisco de. O desenvolvimento capitalista pós anos 1930 e o processo de acumulação. In: **Crítica a razão dualista. O ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2011. p.296.

OLIVEIRA, Ariovaldo U de. Geografia agrária: perspectivas no início do século XXI. In: OLIVEIRA, Ariovaldo U de; MARQUES, Marta Inez M. (Org.). **O campo no século XXI**. São Paulo: Casa Amarela; Paz e Terra, 2004, p. 29–70.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

Portal EXAME, Link: <http://exame.abril.com.br/negocios/noticias/empresas-precisam-ser-mais-produtivas-diz-abilio-diniz> publicado em 07/04/2014. Pesquisado em 02/05/2014.

PLOEG, Jan Douwe van der. **Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**. Trad. Rita Pereira. Porto Alegre: UFRGS, 2008. 372 p.

Portal Repórter Brasil, Link: http://reporterbrasil.org.br/busca/?search_query=BRF&wpas=1 Pesquisado em 01/04/2014.

Portal Uol Notícias, Link: <http://blogdosakamoto.blogosfera.uol.com.br/2014/04/28/mpt-aponta-que-90-trabalhavam-com-dor-em-setor-de-frigorifico/> publicado em 28/04/2014. Pesquisado em 01/04/2014.

SACHS, Wolfgang. Introdução. In: SACHS, Wolfgang (ed.) **Dicionário do**

Desenvolvimento. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 11-17

SILVA, A. D.F. **Vitória de Santo Antão e a Interiorização.** Monografia apresentada à Faculdade de Ciências da Administração de Pernambuco da Universidade de Pernambuco (FCAP/UPE), 2011.

SILVA, G. R. Trabalho e as Condições de Vida dos Trabalhadores nos Frigoríficos de Aves. In. THOMAZ JUNIOR, Antonio; PONTE, Karina Furini da; ALVES, José (orgs). **Geografia e Trabalho no Século XXI**, Presidente Prudente: Centelha, 2011.

SMITH, N. **Desenvolvimento desigual:** natureza, capital e a produção de espaço, Trad. Eduardo de Almeida Navarro. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

SPOSITO, Eliseu Silvério; SANTOS, L. B. **O capitalismo industrial e as multinacionais brasileiras.** 1ª ed. São Paulo: Outras Expressões, 2013. v. 1. 296p.

WILKINSON, J. **Os Gigantes da Indústria Alimentar entre a Grande Distribuição e os Novos Clusters à Montante.** Estudos Sociedade e Agricultura (UFRJ), Rio de Janeiro, v.